

2

A filosofia da história e um percurso possível

2.1.

A montagem da crítica: o método, a memória e a história

“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”.

(Walter Benjamin – Teses sobre o Conceito de História)

Nem mesmo no plano da historiografia as discussões sobre a memória deixam de resultar em fortes polêmicas. Geralmente, seu caráter “excessivamente político” é rejeitado por historiadores que encaram o seu fazer como um mero acúmulo de fatos individuais isolados, na tentativa de reconstruir a verdade de uma época sem muitas preocupações com o presente, cujo fim é a documentação em si ou no máximo a museificação daquele saber. Naquilo que conhecemos como direito, essa dificuldade parece ser ainda maior, devido aos entraves epistêmicos de um saber que tem a tendência de construir para si narrativas autocentradas que mascarem ou ocultem determinadas dinâmicas de seu funcionamento real em nossas sociedades.

Falar sobre um dever de memória implica um compromisso profundo com os rastros e restos do passado que a historiografia dominante tem por hábito deixar de lado. A percepção da memória a partir desse tipo de perspectiva faz com que seja necessário vasculhar os escombros geralmente considerados como “conseqüências do desenvolvimento e do progresso da humanidade”, por uma forma abstrata e irresponsável de encarar a história. Entretanto a tarefa de recolhimento daquilo que é geralmente deixado de lado não tem como objetivo a apreciação estética ou descritiva do fato em questão. Compreender o passado é vinculado muito mais a uma ética da ação presente do que a uma problemática de adequação pretensamente científica entre normas e fatos¹⁸. Agamben e Benjamin (de onde partem algumas de suas mais importantes reflexões sobre a história)

¹⁸ GAGBEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009, p.39.

estão interessados no momento crítico da historiografia em que ela pode fornecer o material necessário para a reconfiguração da relação presente-passado, implicando uma união indissolúvel entre a tarefa do historiador e a realidade prática que o cerca. O objetivo é descobrir no um fragmento do passado o conjunto crítico formado pelo mesmo com o momento do presente¹⁹.

De certa maneira, isso quebra com a estrutura “fria” e “estática” de um enunciado normativo jurídico. A memória, tal como a entendia Benjamin, nos leva a um aprofundamento crítico dos fundamentos de reprodução de um determinado formato de sociabilidade, ao demonstrar o terreno bruto correspondente à história por trás dos enunciados pretensamente gerais e abstratos. Trata-se de compreender o campo da formação real daqueles enunciados, para além de uma mera historicização formal que narre somente os enunciados em sua pretensa evolução progressiva. Isso faz com que seja necessário em determinados momentos indagar o papel exercido pelo poder e pela violência no plano da construção material dessa forma, para além de concepções que o enxerguem através do que é contido na textualidade simples de uma norma. Foucault falava da necessidade de irmos além do brilho da glória, para compreendermos de que maneira opera o poder, além de seus rituais, sagrações, cerimônias e etc. Para Foucault, trata-se, nesse processo “de redescobrir o sangue que secou nos códigos”²⁰. Embora essa tarefa exceda os limites propostos na presente investigação, chamar a atenção para a dissociação existente entre esses elementos e a forma habitualmente consagrada aos discursos jurídicos é importante para tentar construir os critérios de formulação e montagem da crítica ainda a ser delineada a partir dessa discussão sobre filosofia da história.

Um dos pontos de convergência entre Agamben e Benjamin se dá na preocupação com a memória enquanto um dos pontos em que se articulam a busca por uma percepção distinta da história. Leland de La Durantaye²¹ alerta que uma das chaves de compreensão de sua obra sobre o 'Homo Sacer' é a teoria benjaminiana das imagens dialéticas, o que sem dúvida é uma observação

¹⁹ LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio – Uma leitura das teses “Sobre o Conceito de História”*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.62.

²⁰ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.66.

²¹ DE LA DURANTAYE, Leland. *Giorgio Agamben: A critical introduction*. California: Stanford University Press, 2009, p.243-246.

extremamente acertada. O comentário de De la Durantaye certamente pode ser levado adiante na afirmação de que a formulação benjaminiana acerca das imagens dialéticas é um dos núcleos metodológicos mais profundos presentes em sua obra. Uma das maiores preocupações que enfrentam os leitores de Agamben, e também um dos espaços em que é mais criticado, são os cortes históricos dos objetos que trabalha. Embora haja certamente uma percepção acerca da modernidade em Agamben, e o autor seja consciente das distinções e dos cuidados a serem traçados para analisar figuras históricas que guardam uma profunda distância cronológica²², algumas de suas afirmações podem ser melhor compreendidas se formos a Benjamin e sua compreensão do fazer histórico e da própria tarefa do historiador.

2.1.1. A percepção de Benjamin sobre a história e sobre o método talvez seja uma das mais complexas de serem expostas, e já foi objeto de polêmicas, debates e conflitos por vezes extremos. O próprio Benjamin sempre se cercou de cuidados devido a sua preocupação com o conteúdo histórico dos fenômenos que analisava, pensando até o limite as ambigüidades metodológicas de um objeto. “Método é caminho indireto, é desvio”²³ dirá no complexo prefácio de “Origem do drama barroco alemão”. Em um outro momento aborda a necessidade da teoria materialista da história estar sempre vinculada à construção de novos métodos no momento que encontra novos objetos²⁴. Estas observações, que podem parecer soltas para a historiografia e a filosofia convencionais, possuem um peso importante em sua análise. Essa breve passagem do trabalho não se pretende de forma alguma exaustiva no trato de tais questões, mas de colocar alguns elementos importantes tanto do pensamento de Agamben (no caso principalmente a teoria das imagens dialéticas) quanto aprofundar minimamente o que anteriormente se chamou de crítica.

²² Agamben menciona esse tipo de distinção inclusive para analisar o direito, quando fala das distinções em seu tratamento no direito romano, nos primeiros séculos do cristianismo e na própria modernidade, quando o Estado passa a assumir o monopólio do direito. AGAMBEN, Giorgio. *Altissima Povertà*. Vicenza: Neri Pozza, 2011, p.61. Para a crítica que o autor faz de alguns cortes cronológicos baseados em convenções não muito justificadas, ver: DE LA DURANTAYE, Leland. *Giorgio Agamben – A Critical Introduction*. Op. Cit. p.243.

²³ BENJAMIN, Walter. *Origem do drama Barroco Alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.50.

²⁴ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. São Paulo/ Belo Horizonte: Imprensa Oficial/ Editora da UFMG, 2007, p.516-517 [N 10, 1].

É importante colocar, ainda que brevemente, contra quem Benjamin lutava ao formular suas observações metodológicas para que se possa tentar situar um pensador cuja dificuldade de classificação já fora tantas vezes ressaltada. Benjamin tinha como adversários os adeptos do historicismo²⁵, que reivindicavam a particularidade de cada momento da história humana, visando um mergulho nos fatos apenas preocupados em reviver cada época de acordo com suas percepções. Tal visão, para Benjamin, sob a aparência de objetividade, termina por mascarar as relações de dominação do período sobre o qual se debruça, que só se concretizou sob os corpos daqueles que estão prostrados no chão (tese 7)²⁶. Esse suposto historiador “neutro” termina por estabelecer uma relação de empatia com aquele período, confirmando a visão dos vencedores. Essa visão, geralmente caracterizada pela minuciosa descrição do passado, retira o conteúdo crítico do saber histórico, que é vinculado à própria construção do presente em que o historiador também se defronta com a tradição que triunfou naquele período, na qual se torna possível também estabelecer os vínculos do próprio conhecimento histórico.

Benjamin também se distingue dos adeptos da chamada escola de Marburg, que buscava nas categorias *a priori* do entendimento os preceitos de legitimação e adequação para o conhecimento empírico, na tentativa de fundamentar o real a partir de um princípio explicativo estático. No “Prefácio”²⁷, Benjamin se refere à dimensão histórica da utilização da própria linguagem, pois para o autor, o uso de conceitos só se realiza historicamente. Benjamin critica as características imersas na teoria do conhecimento convencional de se inserir pressupostos sem qualquer fundamento, e a partir daí realizar procedimentos dedutivos, aonde os problemas seriam considerados resolvidos com extrema facilidade. Quando, no “Prefácio”, discorre sobre o uso de uma “ideia” ou de um

²⁵ Essa caracterização pode ser vista em: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.53-55.

²⁶ BENJAMIN, Walter. *Teses sobre o Conceito de História*. In: Walter Benjamin – Mágia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 222-232. Serão citadas posteriormente as teses pelo seu número entre parênteses, e também consultada a tradução feita por Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Muller em LOWY, Michael. *Walter Benjamin – Aviso de incêndio: Uma leitura das “Teses sobre o conceito de História”*. Op. Cit.

²⁷ BENJAMIN, Walter. *Origem do drama Barroco Alemão*. Op. Cit. 49-79. Daqui em diante referido apenas como “Prefácio” em referência ao prefácio da mesma obra. Sobre *Origem “Prefácio”* p. 69.

“conceito”, pretende levar ao extremo a relação linguagem-história, refletindo sobre o próprio dizer e escrever, que são considerados como fundamentais para a apresentação de seu próprio trabalho sobre o drama barroco alemão. Sua preocupação histórica o leva a justificar historicamente usos filosóficos de um conceito e referi-los imediatamente ao terreno dos fenômenos históricos. “Em cada fenômeno de origem se determina a forma com a qual uma ideia se confronta com o mundo histórico, até que ela atinja a plenitude na totalidade da história”²⁸.

Benjamin também não é um relativista. Vasculhar o passado para ele estava diretamente relacionado com as possibilidades emancipatórias a serem abertas no tempo presente. Compreender os sentidos do passado são de uma dimensão fundamental para que também possamos perceber como o amontoado de escombros e ruínas que o anjo da história consegue ver ainda se acumulam. Benjamin estava interessado no momento crítico da historiografia materialista, quando esta pode ser um dos estopins para que se exploda a ilusão de continuidade histórica, na qual o historiador está permanentemente em uma zona indissociável entre a teoria e a prática. A historiografia convencional geralmente procura selecionar um objeto no curso da história, sem um princípio; como mero expediente de um historiador que encara seu objeto como propriedade cultural e fonte de um enriquecimento individual. Benjamin falava que “a historiografia materialista não escolhe aleatoriamente seus objetos.[...] Seus procedimentos são mais abrangentes, seus acontecimentos mais essenciais”²⁹. Benjamin procura carregar e demonstrar nos objetos históricos que buscava sua força e intensidade, analisando e retomando os fios de uma história inacabada, aberta e ainda a ser construída com o respeito devido às gerações de derrotados nesse curso. Para ele, só assim a história poderia um dia ser integralmente citada pela humanidade redimida³⁰.

²⁸ BENJAMIN, Walter. *Origem do drama Barroco Alemão*. Op. Cit. p.68.

²⁹ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Op. Cit. p. 517, [N 10a, 1]

³⁰ Para a compreensão dessa ideia, é importante o conceito de *Apokatastasis*. Ver: BENJAMIN, Walter. *O Narrador – Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: *Obras Escolhidas Vol. I*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p.216. GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 14-17. LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio...* Op. Cit. p.54-57. Sobre a relação entre os usos da dialética e a *apokatastasis*, que terão uma importância grande na construção da teoria das imagens dialéticas ainda a ser abordada ver: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Op. Cit. p. 501 [N 1a, 3].

Benjamin percebe o fazer do historiador ressaltando a importância da pesquisa, da informação, do relatório e da exploração do objeto de estudo sem considerar esta uma atividade autônoma, pois o papel do historiador no pensamento de Benjamin é também vinculado a um profundo compromisso e responsabilidade com o tempo histórico em que vive. Sua atividade é vinculada ao fôlego de tentar reconsiderar um objeto, um arquivo ou um fragmento nos vários estratos de sua significados³¹ para que torne possível ao historiador questionar cada vitória dos dominadores. O fazer histórico para Benjamin é considerado também como um terreno conflitivo, no qual o núcleo profundo da relação passado-presente é o que está centralmente em cena. Por isso este interesse do historiador pelo recolhimento dos fatos nada tem de uma contemplação sublime. Seu interesse não é pelo inventário cumulativo, mas em fazer justiça aos resíduos e aos farrapos da única maneira possível: utilizando-os³². A rememoração histórica desses fatos tem os olhos fixos no presente na ação que ela pode requalificar, por isso também se distingue da melancolia e do pessimismo contemplativos. Benjamin também não está interessado em fomentar ressentimentos, mas problematizar a relação passado-presente para reaver os alicerces das formas de dominação ainda hoje em vigor no atual formato de sociabilidade capitalista. A rememoração é fundamental quando torna possível uma chance de requalificação da experiência do próprio tempo presente, que para Benjamin é o tempo urgente de luta contra o(s) fascismo(s).

Sua forma de narrar a história está diretamente ligada à tarefa da montagem, da retomada e do recolhimento dos fragmentos geralmente encobertos, mantendo-se no estudo da tessitura material da história que é diretamente associada ao processo narrativo. A tarefa do historiador pretende apontar os elementos do passado reconhecíveis presente, para tentar demonstrar a materialidade atual do fato histórico para preservá-lo do esquecimento, da destruição e da denegação. Benjamin pretende retirar tais elementos da sucessão cronológica niveladora que naturaliza os acontecimentos históricos numa falsa ilusão de continuidade e de sequência linear. Benjamin procura no passado os

³¹ BENJAMIN, Walter. *Origem do drama Barroco Alemão*. Op. Cit. p.50.

³² BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Op. Cit. p.502 [N 1a, 8].

elementos que possam nos auxiliar na requalificação do presente, e de que maneira o conteúdo crítico da tarefa de rememoração pode ser fundamental na construção de alternativas distintas. Na tese 14 fala da força que o imaginário confere a Robespierre para identificar os revolucionários franceses com os insurretos de Roma, fazendo da memória um elemento decisivo para refletir e agir diante do inacabamento constitutivo da história diante da capacidade de intervir sobre ela³³. Esse salto, entretanto, não é compreendido pelo desejo romântico de um tempo imemorial³⁴. Ele representa sempre uma alteração qualitativa que pode permitir ao passado esquecido surgir de novo e dessa forma reaver os fundamentos do presente. O passado sempre volta alterado pelos desdobramentos promovidos pela própria história, mas é recuperado justamente no questionamento daquilo que ficou soterrado e sufocado, tentando restituir a voz ao que poderia ter se perdido, e que ainda hoje para o presente é fundamental.

O historiador que Benjamin tem em mente se situa sempre em uma linha sinuosa que representa um desvio crítico. É por isso que dirá no “Prefácio” que o método também é desvio. Benjamin pretende requalificá-lo a partir de sua necessidade de estar historicamente se confrontando com novos objetos, e recolhendo na história os fragmentos que a tradição dominante poderia ter encobrido. Assim, é importante que haja um desvio crítico pelas camadas de sentido com que a própria tradição, narrada atualmente pelos vencedores, pode envolver o historiador. Essa tradição se vê presente nos mais diferentes momentos que envolvem o próprio historiador, para que o mesmo possa questionar inclusive a sua posição social. O desvio proposto por Benjamin incide sobre as armadilhas do objeto e de sua escolha, e para isso se propõe a analisá-lo dos diferentes ângulos reforçando sempre a preocupação de reconduzindo à materialidade da história. O desvio também é exigido do historiador e de seus pressupostos teórico-metodológicos, tornando possível ao mesmo questionar a incidência do próprio conhecimento adquirido quando se defronta com um objeto. Esse movimento disposto sempre a recomençar e a se auto-problematizar (é preciso sempre lembrar

³³ Benjamin dizia que o historicismo e sua apologia estão empenhados em “encobrir os momentos revolucionários do curso da história”. BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Op. Cit. p. 516 [N 9a, 5]

³⁴ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. Op. Cit. p.10.

que o saber em Benjamin não se restringia ao domínio historiográfico e estava sempre vinculado à ação, logo, esse movimento não representa uma infinidade substancial, mas a reconfigurar e reconduzir o saber ao momento crítico da ação) estava disposto a não se entregar aos dominadores e sua corvéia contemporânea. “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (Tese 6).

Benjamin, em sua resposta à Adorno na carta de 09 de dezembro de 1938³⁵, vincula a análise histórica sendo compreendida também em sua dimensão linguística, cujo “encantamento” promovido pelo estudo autônomo da linguagem somente pode ser superado se reconduzido à uma perspectiva histórica. A linguagem é fundamental no recolhimento da faticidade, mas a fugacidade que pode promover o estudo da linguagem como esfera autônoma do conhecimento só pode ser convergida se estiver disposta ao movimento de constante rearticulação com a experiência histórica. O objeto é reconstruído em sua dimensão articulada entre linguagem e história, entre narração e fato, entre memória e ação. Dessa maneira, o objeto do conhecimento é construído como mônada³⁶. Segundo Benjamin, somente como mônada pode se tornar vivo aquilo que como fragmento ou achado poderia possuir uma rigidez mítica. Benjamin procura reservar a essa construção do objeto histórico uma força própria que possa iluminar o pensar e o agir do próprio tempo presente. Por isso lhe é tão fundamental aquilo que chama de 'imagens dialéticas'. Vinculada à sua metodologia de recolhimento dos cacos da história, Benjamin procura carregar essas imagens de tensão para que possa arrancá-las da ilusão de continuidade histórica que a tradição dominante a encobre. Não se trata com isso de conceber na história uma aleatoriedade que retire qualquer inteligibilidade do conhecimento histórico, mas de submeter o conteúdo desse conhecimento e daquilo que pode ser repensado à possibilidade de ser requalificação na qual se problematiza o conflito de tradições inseridos no processo de narrar a história. Importa para Benjamin restituir a voz e as

³⁵ BENJAMIN, Walter. *The correspondence of Walter Benjamin*. ADORNO, Theodor & SCHOLEM, Gershom (Org.) Chicago: University of Chicago Press, 1994, p. 585-592.

³⁶ Mônada em Benjamin remete à Leibniz, como substância simples, sem partes. Isso terá implicações em sua teoria, inclusive nas Teses.

possibilidade de ação aos vencidos da história, que não são encarados como agentes passivos desse processo, mas como os sujeitos do próprio conhecimento histórico, no qual se possa questionar as disparidades existentes até então. É nesse sentido que Benjamin pode abrir o espaço para que o passado possa iluminar o presente, no momento em que o fato conhecido tenha sua própria força e não seja encarado como despojo histórico. A especificidade da experiência dialética, Benjamin dirá, “consiste em dissipar a aparência do sempre igual – e mesmo da repetição – na história”³⁷.

Benjamin procura associar a imagem dialética a algo que lampeja, no agora da cognoscibilidade. O local das imagens dialéticas deve ser justamente procurado aonde a tensão entre os opostos é maior, e é nesse local que se constrói o próprio objeto da apresentação materialista (ele mesmo uma imagem dialética)³⁸. Esse momento representa uma reação a constelação de perigos que ameaça tanto o objeto quanto seus destinatários (tese 6), e é por isso que esse confronto permitirá ao historiador justamente “ultrapassar o domínio do pensamento”, como ressalta no trabalho das *Passagens*. A imagem dialética o alerta para a necessidade da possibilidade de reinscrição da história, da narr-ação.

Benjamin, é importante que se ressalte, não encara o fazer do historiador como acumulação obsessiva individual de fatos isolados. Ele procura conferir a esses fatos, que de forma alguma são escolhidos por mero acaso, sua capacidade de associação estratégica e epistêmica na relação presente-passado. É importante tanto mostrar o amontoado catastrófico de ruínas que representam a atual concepção de história, quanto o recolhimento das experiências emancipatórias contidas nas gerações anteriores que possam ser restituídas no presente ao mesmo tempo que sejam transformadas na construção do porvir.

Essa interpretação da dialética, que incomoda a Adorno, é o que vai permitir a Benjamin tentar entender a relação entre a mínima célula da realidade como contrabalança do restante, sem precisar com isso da mediação total pretendida por Hegel e reforçada por Adorno. Por isso Benjamin recorre ao

³⁷ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Op. Cit. p. 515, [N 9, 5].

³⁸ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Op. Cit. p. 515, [N 10 a, 3].

famoso posfácio da segunda edição alemã de “O Capital”³⁹, onde Marx coloca que a pesquisa deve apropriar-se da matéria no detalhe, analisando suas diferentes formas de desenvolvimento para descobrir seu concatenamento interno. Somente depois desse trabalho, é que o movimento real poderia ser apresentado adequadamente, e “se isso for alcançado, de modo que a vida do material seja refletida agora de maneira ideal, então pode parecer que se está diante de uma construção *a priori*”.

A história, para Benjamin, pode ser decomposta em imagens, e não por uma acumulação sucessiva de “era uma vez”. São essas imagens que podem auxiliar o sujeito coletivo na construção de uma outra história possível. Essas imagens podem parecer um terreno aparentemente frágil para um historiador preocupado, como Ranke, a aceder ao fato “como ele de fato foi”. Entretanto, para Benjamin, que nisso se distingue de boa parte da historiografia de então, a tríade história-memória-narr-ação é indissociável. A história é sempre narrativa e processo real⁴⁰ (aqui Benjamin novamente se distingue tanto do puro empirismo quanto do abstracionismo), e vive da tensão entre presença e ausência, dos rastros do passado que se busca e que implicam na sua possibilidade de reaparecer na urgência que o agora lhe impõe.

Na tese 5 Benjamin fala do caráter célere e furtivo dessas imagens, que lampejam no agora da cognoscibilidade e que podem ser decisivas no momento de reaver o presente. Essa imagem pretende salvar o passado no presente, graças a uma percepção de proximidade que transforme os dois. “Transforma o passado porque este assume uma nova forma, que poderia ter desaparecido no esquecimento; transforma o presente porque este se revela como a realização possível da promessa anterior – uma promessa que poderia se perder para sempre, que ainda pode ser perdida se não for descoberta inscrita nas linhas atuais”⁴¹. Essa imagem se propõe à superação das contradições entre passado e presente, teoria da história e prática política, submetendo o próprio passado ao peso da análise

³⁹ Na edição brasileira MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vol I Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 26. A tradução do alemão das Passagens foi ligeiramente modificada, e é a que se encontra reproduzida. BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Op. Cit. p. 507, [N 4a, 5].

⁴⁰ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. Op. Cit. p.44.

⁴¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin, ou a história aberta*. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas Vol. I*. Op. Cit. p.16

histórica que pode sempre modificar os seus usos e interpretações. Se a história não pára, certamente não se pode excluir a potencialidade de novas descobertas no passado, sem restringir essa tarefa somente ao domínio historiográfico, mas vinculá-la indissociavelmente à requalificação da experiência dos próprios atores da história (no caso de Benjamin, as classes oprimidas e exploradas)⁴².

Benjamin pretende extrair dessas imagens um conteúdo que lhe permita arrancá-las do fluxo contínuo no qual são inseridas pelo discurso e pela ordem estabelecidos. O autor pretende demonstrar o que aquelas imagens tem de irreduzível, e no que podem auxiliar a promessa de emergência do novo no tempo- agora de que fala na tese 14. Benjamin pretende subverter o ordenamento tranquilo do discurso estabelecido, mas sem dar à história uma totalização exaustiva que o impeça de olhar para o que a escapa, sem que com isso se caia no terreno da contingência absoluta pregada pelos historiadores do “fim das grandes narrativas”⁴³.

2.1.2. Embora seja uma tarefa que tenda ao fracasso tentar reunir todas as obras de Agamben nos mais diferentes momentos sob um prisma único que o articule de modo integralmente coerente e ausente de alterações por vezes substanciais, sua preocupação exposta com o estudo da historicidade perpassa diferentes momentos de sua obra. Em uma recente obra dedicada a explicitar o método de suas pesquisas, a proposta histórica benjaminiana e a teoria das imagens dialéticas parecem ser o pano de fundo (sem desprezar com isso as múltiplas referências dessa obra e do próprio Agamben) que articula toda a obra, inclusive com aproximações textuais explícitas em determinados momentos⁴⁴. Esses elementos, nos permitem lançar novos olhares sobre momentos decisivos de

⁴² LOWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio...* Op. Cit. p.64.

⁴³ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. Op. Cit. p.100-102. Jeanne Marie ressalta, acertadamente, que contrariamente àqueles que querem enxergar em Benjamin um precursor do irracionalismo moderno, o autor reconhece méritos na enunciação racional da *Aufklärung*. Ela nos auxilia contra a onipotência do mito e na busca por autonomia, embora esse processo não seja isento de ambigüidades (a relação cultura-barbárie em seu seio) e nem tenha se operado de forma completa. Benjamin em seu conceito de verdade não pretende erigi-lo a partir de determinados dogmas do iluminismo tradicional, mas entendê-lo a partir da restituição da voz dos que foram silenciados para que o presente seja construído com o devido compromisso com o passado. É nesse sentido que se desenvolvem uma série de teorias acerca do caráter político do testemunho a partir do pensamento de Benjamin.

⁴⁴ AGAMBEN, Giorgio. *Signatura Rerum – Sobre El método*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2009.

sua obra, notadamente a partir do início da década de 90, quando esta passa a ser marcada por uma resposta profunda ao propagandismo liberal do suposto ‘fim da história’.

Agamben incorpora a preocupações eminentemente foucaultianas centradas no estudo das transformações das relações de poder uma obsessão intermitente por escavar o passado em busca de estabelecer os paralelos que considera importantes para compreender o atual formato de sociabilidade. Em um certo sentido, semelhante ao de Foucault, mas com uma alteração substancial: “Na perspectiva arqueológica, que é a de minha pesquisa, as antinomias [...] não desaparecem, mas perdem seu caráter substancial e se convertem em campos de tensões polares, entre as quais é possível encontrar uma via de saída”⁴⁵. Para Agamben, superar a lógica binária nas quais o pensamento geralmente se estrutura implica em transformar os dois polos em um campo de forças percorrido por tensões⁴⁶.

Conforme já ressaltado, Leland de la Durantaye chama a atenção da proximidade metodológica do trabalho feito por Agamben em “Homo Sacer – O poder soberano e a vida nua I” daquele pensado na teoria das imagens dialéticas de Benjamin⁴⁷. Para Agamben, um objeto histórico nunca está claramente apenas no passado ou no presente, mas numa constelação formada por ambos, onde passado e presente se encontram. Recuperar figuras paradigmáticas como o campo de concentração, o estado de exceção, o muçulmano ou o Homo Sacer, tem o sentido de apresentá-las como chave de interpretação do presente. Estas são expostas no intuito de carregá-las de sentido e de tensões, por isso a apresentação

⁴⁵ COSTA, Flavia. *Entrevista com Giorgio Agamben*. Revista do departamento de psicologia – UFF, v.18 –n.1, Jan./Jun. 2006, p.132.

⁴⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Signatura Rerum – Sobre El método*. Op. Cit. p.27.

⁴⁷ É importante precisar aqui os cuidados do uso da dialética em Agamben, geralmente como ferramenta de análise, e geralmente vinculada à concepção de Benjamin, de imagem ou imobilização dialética que se distingue dos usos feitos por Hegel. Apesar de a dialética não ser o objeto do presente estudo, é importante mencionar que Negri repreende esse uso, alegando que esta surge nos momentos em que se nota a presença ambígua em seu pensamento de noções como morte, negatividade e de espaços à margem que ocupariam um espaço estrutural no pensamento de Agamben (Negri chega a falar em dois Agambens distintos). NEGRI, Antonio. *Giorgio Agamben: The discreet taste of Dialectic*. In: Giorgio Agamben – Sovereignty and Life CALARCO, Matthew & DECAROLI, Steven (Org.). California: Stanford University Press, 2007, p. 109-125. Leland de la Durantaye procura ressaltar a crítica feita por Agamben e Benjamin à dialética na tendência dessa categoria no pensamento de Hegel estar associada a uma marcha histórica inexorável, que tem implicações com as concepções de tempo com as quais esses autores procuram romper. DE LA DURANTAYE, Leland. *Giorgio Agamben – A critical introduction*. Op. Cit. p. 117-120.

por vezes minuciosa de determinados acontecimentos históricos, sejam eles o campo de concentração ou as experiências biopolíticas contemporâneas.

Algumas imagens construídas, aparentemente angustiantes, adquirem um sentido imediatamente político ao percebermos seus paralelos no tempo presente. É importante lembrar nesse sentido o imperativo formulado por Adorno: “instaurai o vosso pensamento e a vossa ação de tal modo que Auschwitz não se repita”⁴⁸. Ambos os autores, Agamben e Adorno, são perfeitamente conscientes da especificidade da experiência de Auschwitz, mas essa especificidade não os conduz a qualquer visão de história como contingência absoluta. Isso também não os leva a tornar a história o terreno da imutabilidade e da resignação, e sim utilizar-se desses arquivos aparentemente “sujos” para retirar dos mesmos seus significados atuais. Nesse sentido, a percepção se pauta em expor como a tentativa de compreensão de Auschwitz representa não uma experiência marginal na formação político-social que vivemos, mas um dado profundo, quase equivalente ao seu fundamento oculto⁴⁹. Agamben não formula a questão nos termos de Adorno, através de um imperativo negativo, mas pretende manter viva na memória coletiva política o que foi o campo. Não se trata de uma questão do nome “Auschwitz” ou do nome “campo de concentração”, afinal de contas, na atual circunstância dificilmente um membro do poder estabelecido nomearia de “Auschwitz” o lugar em que pretende realizar determinados procedimentos de dominação cotidiana. Mais importante que a forma que adquire é seu efeito e sua função⁵⁰.

Para Agamben, esse tipo de estratégia abre um novo horizonte na investigação histórica, arrancando-os da ilusão de continuidade de um período⁵¹, e é nesse sentido que o autor lança mão de determinados paradigmas, como o *homo sacer*: para o autor, essa imagem não é somente uma figura obscura do direito romano, mas também uma cifra para compreender o funcionamento da biopolítica contemporânea. Para Agamben, não se trata de ontologizar tais imagens, pois

⁴⁸ ADORNO, Theodor. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p.302.

⁴⁹ BATISTA, Vera Malaguti. *Vida nua e Soberania*. Resenha Bibliográfica. Revista Discursos sediciosos: Crime, direito e sociedade. Ano 7, n.12, 2o semestre de 2002, p.386.

⁵⁰ AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p.254.

⁵¹ COSTA, Flavia. *Entrevista com Giorgio Agamben*. Op. Cit. p.132.

aquilo que é chamado em algum momento de sua obra de vida nua não é um dado natural, mas uma produção de relações históricas de poder, e se podemos lançar mão desse tipo de imagem para compreender a vida presente, se trata justamente de chamar a atenção para a (re)produção contemporânea desse tipo de procedimento que faz com que imagens como a da vida nua não possam ser consideradas somente um dado de um passado encerrado. Se ela é uma construção histórica, trata-se de pensar as estratégias de sua desarticulação como tarefa política presente e urgente. Essa é a tarefa que nos imprimimos caso desejemos ser contemporâneos de nós mesmos, como ressaltou em uma fala de 2006⁵².

Agamben pretende demonstrar como um objeto singular, como a imagem do *homo sacer*, pode definir a inteligibilidade de um conjunto do qual faz parte e que, ao mesmo tempo, o constitui. Segundo Agamben, algo similar ocorre com o panóptico foucaultiano, que desenvolve uma função estratégica decisiva para compreender a modalidade disciplinar do poder⁵³, e como tal se transforma em uma figura epistemológica que define o universo disciplinar moderno no pensamento de Foucault (é talvez por uma razão semelhante a essa que o terceiro capítulo de ‘Homo Sacer’ se chama “O campo como paradigma biopolítico do moderno”). O que está em questão em sua proposta é demonstrar que as imagens recolhidas na história não são propriamente um passado, mas a emergência de um ponto que havia sido coberto ou neutralizado pela tradição dominante. Na compreensão e no estudo do fenômeno, o historiador deve enfrentar a tradição que triunfara sobre ele, possibilitando a emergência da crítica a essa própria tradição⁵⁴. A emergência é o que permite àquele objeto buscado se expor ao presente, respondendo às indagações que o agora lhe impõe.

Recolher esses fragmentos angustiantes não deveria gerar um sentimento de melancolia, como a primeira leitura de algumas de suas obras pode promover⁵⁵. Quando Agamben se atém a alguns processos sócio-políticos bastante duros na

⁵² AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?*. In: *O que é o contemporâneo?* E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

⁵³ AGAMBEN, Giorgio. *Signatura Rerum – Sobre el método*. Op. Cit. p.24.

⁵⁴ AGAMBEN, Giorgio. *Signatura Rerum – Sobre el método*. Op. Cit. p.121.

⁵⁵ Em uma entrevista bastante interessante no conjunto de seu pensamento em que procura pensar uma série de movimentos contemporâneos e suas estratégias de resistência, Agamben procura refutar o rótulo de pessimista que lhe atribuem a partir de uma carta de Marx à Ruge. SMITH, Jason. ‘*I am sure that you are more pessimistic than i am*’: *An interview with Giorgio Agamben*. *Rethinking Marxism*, Vol. 16, n 2, April 2004, p. 123-124.

história ocidental não pretende tirar dali a conclusão de uma tendência histórica irreversível, mas sim os instrumentos que um historiador pode reconhecer na tarefa de submetê-los à memória dos excluídos, dos explorados e dos vencidos, ao invés de deixá-los desaparecer ou entregar-se àqueles que se apoderem deles como novos meios de dominação. Mesmo a narrativa de determinados procedimentos de sujeição extremos gerados pelo atual formato histórico não podem e nem devem gerar a lamúria subjetiva do historiador, como lembra Benjamin, mas fornecer-lhe armas⁵⁶ no dizer e no agir para demonstrar e contestar o quão inaceitável é a atual concepção de história. Contemporâneo seria aquele que consegue reconhecer a quanto tempo essa miséria vem sendo preparada, e abrir as possibilidades necessárias sobre os modos de romper com ela.

Segundo Agamben, a função da arqueologia em seu pensamento remonta ao curso da história a contrapelo, como na sétima tese de Benjamin. Ela representa uma força histórica distinta de uma origem indestrutível e estática que tenha se encerrado em um tempo histórico distante e inacessível. Ao contrário disso, seu objetivo é restituir o objeto ao ponto de um futuro anterior para que a história (individual ou coletiva) possa ser acessível nos rastros de uma história inacabada, de um futuro que poderia ter se aberto caso o passado fosse distinto, possibilitando a problematização desses sentidos no agora⁵⁷. É nessa densidade que se aborda o objeto histórico, em sua intensidade que contesta as continuidades e as ordens pretensamente naturais, pretendendo impedir a denegação e o esquecimento de momentos decisivos da história, ao permitir reunir as disparidades temporais presentes em sua possibilidade de ressurgir para reaver o próprio presente.

Agamben menciona a proximidade entre os paradigmas que constrói e as alegorias, figura decisiva na filosofia da história de Walter Benjamin⁵⁸. O estudo da alegoria em Benjamin ressalta a necessidade de reabilitar uma visão que intensifica o tempo e a história arrancando o objeto de uma pretensa continuidade, que oscilam entre destruição crítica e promessa de redenção⁵⁹. O caráter

⁵⁶ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Op. Cit. p.523 [N 15, 3].

⁵⁷ AGAMBEN, Giorgio. *Signatura Rerum – Sobre el método*. Op. Cit. p.149.

⁵⁸ AGAMBEN, Giorgio. *Signatura Rerum – Sobre el método*. Op. Cit. p.25.

⁵⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. Op. Cit. p.31.

aparentemente especulativo da alegoria pretende descobrir os sentidos escondidos sob o véu das palavras, buscando construir uma relação entre sentido e imagem. Agamben procura nesses paradigmas/imagens a serem montados escapar dos métodos de análise baseados apenas na oposição generalidade/particularidade no terreno da análise histórica. A alegoria e os paradigmas mostrariam sua pertinência também em contextos metafóricos, ao permitir ao historiador ir além de cortes cronologicamente criados para isolá-los. O objeto histórico estaria assim em uma constelação formada por presente e passado, onde ambos se encontram no agora da cognoscibilidade⁶⁰.

A preocupação com o uso desses conceitos na análise do passado e no carregamento de sentido dessas imagens é intermitentemente vinculada com o presente, ao mostrar as figuras produzidas pelo ocidente em seu aparente “triunfo”. A sétima tese de Benjamin é importante na compreensão desses fatores, quando pretende também demonstrar como essa cultura não é isenta da barbárie, e que ainda se reproduz contemporaneamente quando esta forma de cultura é obrigada a recorrer a determinadas estratégias de contenção, como os campos, as desqualificações simbólico-fáticas de contingentes populacionais e as decretações de exceção. As imagens dialéticas pretendem mostrar como um elemento do passado não é somente um arquivo, mas uma potencialidade de compreensão da situação presente que adquire sua força no lampejo que provoca ao aproximar o prisioneiro de Guantánamo ao prisioneiro do campo. Assim, é permitido fazer essa imagem saltar do aparente *continuum* da história para o seu uso, tentando fazer justiça às vítimas do passado:

“Isso significa que o contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz: é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de ‘citá-la’ segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder. É como se aquela invisível luz, que é o escuro do presente, projetasse a sua sombra sobre o passado, e este, tocado por esse facho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora”⁶¹.

⁶⁰ DE LA DURANTAYE, Leland. *Giorgio Agamben: A critical introduction*. Op. Cit. p.243.

⁶¹ AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?*. Op. Cit. p.72.

O duro diagnóstico estabelecido em algumas obras é diretamente vinculado à construção da ação política no tempo presente, quando fala sobre a necessidade de abrir “espaço para a ação humana, que há algum tempo, reivindicava para si o nome ‘política’”⁶². Assim, pode ser relida a implosão causada pelas 3 últimas páginas de *Homo Sacer*, ou então a centralidade de recuperar o debate Benjamin-Schmitt, numa perspectiva claramente benjaminiana. O “aniquilamento da política”, que alguns leitores desatentos tendem a ressaltar, certamente não pode ser depreendido de obras como “O tempo que resta”, “A Comunidade que vem”, “A ideia da prosa” ou “Profanações”.

É nesse sentido que a memória adquire uma função central tanto em relação às injustiças passadas quanto no recolhimento de determinadas experiências emancipatórias a serem repensadas. Trata-se, como disse certa vez Benjamin, de um processo de “presentificação” do pretérito⁶³, ou seja, como uma experiência poderia ter emergido e se constituído no tempo paradoxal de uma possibilidade futura contida em um passado. Este diagnóstico pretende reaver essas experiências aonde a recuperação daquilo que poderia se perder, sempre transformado, não é obra do acaso, mas é a própria tarefa sócio-política do agora e do historiador consciente desse tipo de compromisso. “Não se trata, então, de adquirir um conhecimento isento, dito objetivo, do passado, mas de articular passado e presente de tal maneira que ambos sejam transformados”⁶⁴.

2.1.3. É importante mencionar que quando recorre a determinadas discussões geralmente travadas em contextos teológicos, como o tempo messiânico, não pretende reivindicar qualquer união entre teologia e política. É aqui que se situa uma das suas principais diferenças em relação ao pensamento de Benjamin. Jeanne Marie Gagnebin e Michael Löwy, apesar das diferenças interpretativas de ambos, procuram ressaltar a dificuldade de classificação de Benjamin em apenas um dos polos desses dois campos de pensamento (teologia

⁶² AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, Op. Cit. p.133.

⁶³ BENJAMIN, Walter. *Apuntes sobre el concepto de historia*. In: *La dialéctica en suspenso – Fragmentos sobre Historia*. Santiago: Universidad Arcis y LOM Ediciones, 2007, p. 74. Jeanne Marie menciona que Szondi fala sobre essa característica do pensamento de Benjamin, de se situar no futuro do pretérito. GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.61.

⁶⁴ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Seis teses sobre as teses*. Revista Cult. Número 106. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/seis-teses-sobre-as-teses/>

ou materialismo). Segundo esses autores, por uma análise mais cuidadosa da obra benjaminiana como um todo, Benjamin faz uma complexa ponte entre o marxismo e a teologia que torna uma tarefa praticamente impossível classificá-lo entre um ou outro, visto algumas preocupações atravessarem seus escritos em diferentes momentos da vida⁶⁵.

Enquanto no pensamento de Benjamin pode se falar de uma “paradoxal reversibilidade recíproca” do político no teológico e vice-versa⁶⁶, ainda que o “Fragmento Político-Teológico” negue qualquer significado político à teocracia e diga que a esfera do profano deva se guiar pela ideia de felicidade⁶⁷, esse tipo de consideração dificilmente pode ser feita no pensamento de Agamben. Digamos que Agamben aprofunda e radicaliza a tendência contida na primeira tese “Sobre o Conceito de História”⁶⁸, de Benjamin, quando este fala que o materialismo⁶⁹ deve tomar a seu serviço a teologia. É nesse sentido que dirá em uma entrevista que “de qualquer maneira, eu penso que o messiânico é sempre profano, nunca religioso”⁷⁰.

Agamben recupera, principalmente a partir dos anos 2000, em alguns de seus estudos dedicados à teologia um conceito que lança pistas importantes em

⁶⁵ Para uma introdução a esse debate, ver os importantes comentários da introdução da obra de LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio – Uma leitura das teses “Sobre o Conceito de História”*. Op. Cit. p.13-40. Também LÖWY, Michael. *Distante de todas as correntes e no cruzamento dos caminhos: Walter Benjamin*. In: Redenção e Utopia: o Judaísmo libertário na Europa Central. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.85-110. Ainda é importante o capítulo “Judaísmo e Materialismo” de GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin: Os cacos da história*. Op. Cit. p.22-36. Também o ensaio fundamental de GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Teologia e Messianismo no pensamento de W. Benjamin*. Revista Estudos Avançados 13 (37), 1999, p. 191-206.

⁶⁶ Essa expressão Löwy toma emprestada de uma carta de Benjamin à Scholem, de maio de 1926. LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio...* Op. Cit. p. 36-37.

⁶⁷ “O reino de Deus não é o *telos* da *dynamis* histórica; não pode ser proposto aquele como meta desta. Visto historicamente não é meta, mas o final. Por isso a ordem do profano não deve edificar-se sobre a ideia do Reino divino; por isso a teocracia não tem nenhum sentido político, mas tão-somente religioso. (O maior mérito de ‘O espírito da utopia’ de Bloch foi o de ter negado com toda a intensidade a significação política da teocracia). A ordem do profano tem que erigir-se sobre a ideia de felicidade”. BENJAMIN, Walter. *Fragmento Político Teológico*. In: Discursos interrompidos Vol. I. Buenos Aires: Taurus, 1989, p. 193. Tradução livre.

⁶⁸ BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. Op. Cit. p.222. Essa tese é retomada por Agamben em uma entrevista quando explicita esse fator. SMITH, Jason. *‘I am sure that you are more pessimistic than i am’: An interview with Giorgio Agamben*. Op. Cit. p.119.

⁶⁹ Para a interpretação particular desse termo em Agamben, ver: AGAMBEN, Giorgio. *O Príncipe e o Sapo – O problema do método em Adorno e Benjamin*. In: Infância e História: Destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008, p.129-151. .

⁷⁰ SMITH, Jason. *‘I am sure that you are more pessimistic than i am’: An interview with Giorgio Agamben*. Op. Cit. p.120.

diversas de suas obras: a profanação. Essa categoria ocupa uma função central em seu pensamento, pois permite reunir sob esse título diversos estudos que em algum momento transitam em um contexto religioso⁷¹. Para o autor, sagradas ou religiosas seriam as coisas que de algum modo pertenciam aos deuses, aonde consagrar seria o termo que designava a sua saída da esfera humana e o seu adentrar em uma distinta. Segundo o autor, profanar seria o gesto de restituir tais coisas ao livre uso dos seres humanos. Assim puro⁷², profano, livre dos nomes sagrados, seria aquilo que é em certo sentido recuperado ao uso comum dos seres humanos.

O interesse por recuperar alguns arquivos geralmente tratados pela teologia é duplo. Primeiramente, restituir determinadas discussões importantes ao pensamento político tratadas em um domínio exclusivamente teológico, por isso o papel decisivo ocupado pela profanação em seu pensamento. Segundo Agamben, é principalmente na discussão sobre o tempo e nas aporias colocadas pela moderna percepção sobre o progresso que fazem com que a própria tradição materialista não elabore uma concepção de tempo à altura de sua concepção de história⁷³. É nesse sentido que trabalha a estrutura teórica do tempo contida nas Cartas de Paulo aos Romanos, ou então o conflito com a lei travado pelos franciscanos do século XII.

“O que me interessa nos textos de Paulo não é tanto o domínio da religião, mas o domínio pontual que concerne à religião sem coincidir com ela: o messiânico, que é um domínio muito próximo do político. Aqui, estamos diante de outro autor que foi decisivo para mim, e que não é de todo religioso: Walter Benjamin. Benjamin pensa o messiânico como paradigma do político, ou, vamos dizer, do tempo

⁷¹ Talvez uma aproximação a ser feita no plano da história das ideias é com a noção de secularização em Weber, aonde sua utilização atravessa seus ensaios sobre sociologia da religião, mesmo não sendo explicitamente trabalhada diretamente nesses ensaios. Embora Weber pretenda dar à secularização uma carga despida de “sentimento” ou “juízo” para indicar a tendência moderna de “desencantamento”, em Agamben as funções exercidas pelo conceito de profanação são diversas, implicando inclusive uma problematização da noção de secularização. Essa aproximação é feita para demonstrar a carga central exercida por tal conceito em diversas obras dos dois autores. Para a secularização em Weber ver: WEBER, Max. *A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. MARRAMAO, Giacomo. *Poder e secularização – As categorias do tempo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995, p29-36.

⁷² Aqui pureza tem um sentido relacional, distinto dos referenciais kantianos que marcam boa parte da utilização desse termo. O sentido relacional desse termo ainda será explorado posteriormente.

⁷³ AGAMBEN, Giorgio. *Crítica do instante e do contínuo*. In: *Infância e História...* Op. Cit. p.111.

histórico. Isto é para mim o que está realmente em questão. De fato, eu penso na maneira como Benjamin introduz (na primeira Tese sobre o Conceito de História) a teologia como uma entidade que, mesmo escondida, pode ajudar o materialismo histórico a vencer os seus inimigos, permanecendo legítimo o gesto temporal que nos dá, precisamente, os meios para pensar de outra maneira o tempo e o sujeito. [...] Benjamin escreveu em algum lugar que Marx secularizou o tempo messiânico na sociedade sem classes. Isso é completamente verdadeiro. Mas ao mesmo tempo as aporias que isso engendrou – as transições e etc. – é um dos problemas nos quais falhou a revolução. Nós não temos um modelo de tempo para pensar isso. De qualquer maneira, eu acredito que o messiânico é sempre profano, nunca religioso”⁷⁴.

O segundo interesse, consiste em contestar a forma pela qual se opera o chamado processo de secularização na modernidade. Segundo Agamben, profanar distingue-se de secularizar, pois a secularização se restringe a deslocar algo da esfera divina para a profana deixando intactas as forças que as constitui. Aqui o conflito é diretamente com a noção de secularização em Schmitt, que em um determinado momento afirmou, no contexto em que trabalhava o conceito de soberania, que “todos os conceitos concisos da teoria do Estado moderna são conceitos teológicos secularizados”⁷⁵. Agamben procura demonstrar como essa operação realizada por Schmitt não necessariamente representa qualquer ruptura com um plano transcendental, pois a secularização nesse pensamento indica que a teologia continua presente e atuante no moderno de maneira eminente⁷⁶. A secularização desse tipo de conceito no pensamento de Schmitt limita-se a “transmutar a monarquia celeste em monarquia terrena, deixando, porém, intacto o seu poder”⁷⁷. Isso não quer dizer que haveria uma identidade de substância entre a teologia e suas formas modernas, nem uma perfeita identidade de significado entre os conceitos teológicos e os políticos. Essa característica seria derivada de uma relação estratégica particular que marcariam alguns conceitos políticos, remetendo-os à sua origem teológica. Agamben chama a atenção tanto nesse ensaio, quanto em boa parte da obra “Homo Sacer”, sobre o sentido em que é posta a relação da transcendência de Deus como paradigma do poder soberano, e como este plano transcendental opera no conceito paradoxal de soberania,

⁷⁴ SMITH, Jason. *I am sure that you are more pessimistic than i am': An interview with Giorgio Agamben*. Op. Cit. p.119-120. Tradução livre.

⁷⁵ SCHMITT, Carl. *Teologia Política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p.35.

⁷⁶ AGAMBEN, Giorgio. *O Reino e a Glória...* Op. Cit. p.16.

⁷⁷ AGAMBEN, Giorgio. *Elogio da Profanação*. In: *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.68.

demonstrando que determinadas colocações ou metáforas feitas por Hobbes e Schmitt, por exemplo, não são ocasionais.

Agamben não compreende a modernidade apenas como um processo de secularização e desencantamento que tenha se operado por completo. *Esse processo sem dúvida ocorre, e não está em jogo negar a sua incidência e nem o desejo de volta ao passado, mas sim indagar as contradições constitutivas que fazem com que essa operação se realize de uma forma paradoxal.* Para Agamben está em jogo questionar de que forma as ideologias de comando e autoridade ainda estão presentes em conceitos, narrativas e instituições caras ao pensamento e à práxis ocidentais, que tem por consequência o exercício de uma dominação e uma expropriação particulares na possibilidade do agir dos sujeitos históricos, construindo um aparato ainda tributário de um certo referencial transcendente (ou melhor, dotado de uma débil transcendência⁷⁸). Agamben, com isso, está próximo da primeira geração da Escola de Frankfurt, ao demonstrar que o suposto “programa do esclarecimento” de desencantamento do mundo não se dá de forma completa no momento em que o próprio “mito converte-se em esclarecimento”⁷⁹, dando origem a determinados conceitos totais sob os quais opera a modernidade. A angústia das modernas ciências burguesas em obter um universal neutro e a-histórico, e de eliminar qualquer trajetória fora do aparato corresponde à razão instrumental, termina por transformar em mito aquilo que supostamente seria pensado para libertar-se dele. Agamben procura demonstrar como algumas ideias, como a de progresso no Iluminismo, radicalizam essa tendência terminando por mover o terreno histórico concreto para o campo da teologia da história e da escatologia cristã, e assim eliminando a filosofia da história orientada para a redenção⁸⁰. A crítica do mito em seu pensamento é também a crítica de uma

⁷⁸ NEGRI, Antonio & HARTDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2010, p.96. Negri e Hardt apontam como essa débil transcendência se manifesta nas separações estaques entre natureza e cultura, sujeito e objeto, e de alguma maneira, como a concepção dominante acerca da razão como abstração da experiência reproduz aspectos dessa mediação.

⁷⁹ ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.21.

⁸⁰ AGAMBEN, Giorgio. *O Reino e a Glória...* Op. Cit p.17-20.

concepção de história que sempre ameaça, sob formas, aparatos e relações diversas, as tentativas humanas de agir histórica e livremente⁸¹.

É claro que esse tipo de afirmação não equivale a dizer que vivemos em um mundo pré-moderno com formas de vida orientadas por circunstâncias apenas teológicas, mas em questionar de que maneira estão inseridos no pensamento e na práxis da modernidade elementos que dificultem a afirmação de um plano absoluto de imanência⁸². É por esse caminho que Agamben irá explorar a crítica a determinados fundamentos transcendentais do que chamará, a partir de Benjamin, de uma religião capitalista⁸³, ou do caráter fetichista e cultual de adoração da mercadoria⁸⁴. Agamben costuma utilizar-se desse tipo de aproximação para criticar o caráter mistificador do capitalismo e de suas relações, que tornam todas as relações humanas equivalentes na abstração monetária do valor. Em um apêndice, presente na edição italiana e na brasileira de “O Reino e a Glória”, chamado “A mão invisível”, Agamben procura demonstrar como a economia moderna, dos fisiocratas à Adam Smith, são tributários de referenciais marcadamente teológicos, inclusive este último com a famosa metáfora da mão invisível. O autor demonstra como a metáfora da mão que governa é presente em uma série de autores como Santo Agostinho, Tomás de Aquino, Salviano, Lutero, Bossuet e outros, e ainda que a derivação imediata precise ser buscada em autores cronologicamente mais próximos a Smith, a quantidade de vezes que a metáfora da mão que governa aparece na investigação feita por Agamben sobre a genealogia do paradigma econômico providencial indica uma origem teológica. Em todos esses autores, a metáfora indica que o paradigma de governo funciona pondo em relação um princípio transcendente (o que na doutrina da providência é

⁸¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Apresentação*. In: BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2011, p.9.

⁸² Ver sobre isso principalmente o seu ensaio dedicado à Gilles Deleuze. AGAMBEN, Giorgio. *La immanencia absoluta*. In: *La potencia del pensamiento*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2008, p.388-418.

⁸³ BENJAMIN, Walter. *Capitalism as Religion*. In: *Selected Writings Vol. I, 1913-1926*. Massachusetts/ London: Harvard University Press, 1996, p.288-291. AGAMBEN, Giorgio. *Elogio da Profanação*. Op. Cit. p.70-71.

⁸⁴ AGAMBEN, Giorgio. *Estâncias – A palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p.74. AGAMBEN, Giorgio. *Elogio da Profanação*. Op. Cit. p.71.

Deus, no capitalismo é o Mercado, ou o Capital) e uma ordem imanente no qual é moldada a livre vontade de seus súditos⁸⁵.

2.2

A intensidade da crítica: excursão sobre o tempo

“A filosofia da história [...] só terá um radical questionamento quando este for capaz de levar até o fim a 'crítica' da estrutura temporal que a sustenta”
(Giacomo Marramao – Poder e Secularização)

Uma temática que articula sua obra como um todo, é a busca incessante por uma outra concepção de história e de tempo, preocupação esta que divide com Benjamin. Num ensaio em que se dedica a explicitar a dimensão temporal presente nas teses “Sobre o Conceito de História”, Agamben colocará que toda e qualquer transformação profunda da realidade não passa simplesmente por “mudar o mundo”, mas também e antes de mais nada por “mudar o tempo”. Agamben pretende refletir sobre os sentidos da temporalidade na tentativa de escapar do modelo triunfante na modernidade que coloca a representação e a experiência do tempo como movimento vazio e unidimensional, com passado, presente e futuro narrados por um movimento retilíneo e sucessivo teleologicamente orientado. Segundo o autor, essa concepção nasce conforme a experiência dos trabalhos nas manufaturas, e é sancionada pela mecânica moderna que estabelece a prioridade ao movimento retilíneo uniforme. Essa forma de orientação da experiência temporal é conexas à vida nas grandes cidades e nas fábricas, sendo uma das marcas do próprio capitalismo, no qual está inserida a tendência de aproximação do instante pontual em fuga como sendo a única experiência possível acerca do tempo⁸⁶.

Essa percepção do tempo se aproxima de um movimento retilíneo e irreversível, na qual os atores históricos são inseridos no longo processo de realização da história no mundo. O sentido da vida e das ações pertenceria ao

⁸⁵ AGAMBEN, Giorgio. *A mão invisível*. In: O Reino e a Glória... Op. Cit. p.301-310.

⁸⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Tempo e História – Crítica do instante e do contínuo*. In: Infância e História: Destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008, p.117.

conjunto global e o agora é entendido como um instante no decorrer dessa longa marcha histórica, em que o antes e o depois são perfeitamente quantificáveis e calculáveis. Essa concepção que guia o oitocentismo europeu e que talvez atinja em Hegel seu apogeu, insere nas ciências humanas as ideias de ‘desenvolvimento’ e ‘progresso’ como chaves de interpretação da história e da própria experiência da historicidade, aonde a primazia do cronológico tem centralidade garantida. O tempo cronológico seria a medida da relação da vida cotidiana com uma realidade reificada, tornando o tempo uma essência inapreensível completamente exterior e inalcançável em sua amplitude. Os seres humanos caíam no tempo, tendo sua existência singular e sua atividade em sociedade mensuradas a partir de sua relação com o tempo, aonde a origem dessa relação e alguma possibilidade distinta da mesma dificilmente é dissociada do rumo de suas ações de acordo com o processo global.

Na dimensão do tempo homogêneo e vazio de que fala Benjamin, não só o passado tem a imagem eterna e imutável da irrevogabilidade, mas também o futuro aparece projetado numa direção praticamente irreversível. A imagem idealizada do futuro tem um sentido estratégico para aqueles que dominam: um sentido sempre protelatório, condenado a adiar continuamente os aspectos decisivos de um presente que é temporalmente anulado como um instante no decorrer de um fluxo homogêneo. É retirado da ação política qualquer caráter de urgência para deslocá-la a um papel que se submeta à triunfante marcha da história, não deixando assim muitas escolhas àqueles que pretendam intervir, a não ser resignar-se diante de sua inclusão ideal projetada. Uma das formas de domínio na história é impor o domínio do tempo, que se expressam em muitas das páginas de “O Capital”, de Marx, aonde estão contidos exemplos da centralidade do relógio no controle da rotina das fábricas e da jornada de trabalho da classe operária⁸⁷. Em solo francês, como ressaltado por Negri, o processo que transforma os sans-culottes no processo revolucionário francês em operários fabris é operado

⁸⁷ Em uma passagem na *Miséria da Filosofia*, Marx iria expressar tal relação nos seguintes termos: “O tempo é tudo, o homem não é mais nada; ele é no máximo a carcaça do tempo. Não se trata mais de qualidade. A quantidade decide tudo sozinha: hora por hora, jornada por jornada; porém essa equalização não é absolutamente obra da eterna justiça do sr. Proudhon; ela é tão somente o negócio da indústria moderna”. MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Martin Claret, 2007, p.85.

também na transformação do tempo em grandezas métricas iguais que mensurariam a extração da sua força de trabalho.

Entender o tempo a partir de um movimento homogêneo, retilíneo e contínuo é uma das características mais próprias da modernidade⁸⁸. Entendendo o tempo de tal maneira, essa interpretação da historicidade é orientada a partir de percepções que falam de um hipotético progresso contínuo da 'clareza' e da 'inteligência', aonde a emancipação se daria de acordo com o próprio desenvolvimento dessa marcha, que incluiria gradualmente os atores, até o momento idealizado em que é garantida à totalidade dos sujeitos essa construção. O presente estaria automaticamente garantido como sacrifício em prol de um fim (da história) já estabelecido desde o momento. Para Jeanne Marie Gagnebin, ao analisarmos o tempo a partir de critérios de sucessão cronológica, a interpretação da história daí derivada ganha ares de uma relação causal de necessidade a se realizar, na qual se expressa a tendência de naturalização do percurso como um todo⁸⁹. Há uma análise dos processos históricos como conquistas civilizacionais, em que desaparecem os atores em seus processos de lutas, conquistas, resistências e transformações. O máximo que lhes é assegurado é a individuação desse processo, ou a garantia aos segmentos hegemônicos e dominantes do monopólio da 'verdade' histórica.

Essa interpretação se aproxima de forma singular a uma concepção de destino da humanidade, como meta final aonde desemboca tal processo. Ao pensarmos o futuro como imagem idealizada e estanque, não entra em jogo a contestação sobre aquele rumo a percorrer. Isso não quer dizer, contudo, que os seres humanos sejam entregues ao nada e possam decidir a partir daí serem ou não

⁸⁸ AGAMBEN, Giorgio. *Tempo e História: Crítica do instante e do contínuo*. Op. Cit. 112-115. Agamben analisa brevemente as percepções temporais predominantes em períodos históricos anteriores, mencionando de que na antiguidade Greco-Romana o tempo era entendido de forma fundamentalmente circular e contínua. O tempo cíclico é similar àquele apreendido no “Timeu” de Platão, que experimenta o tempo a partir das leis cíclicas das esferas celestes. Já na “Física” de Aristóteles apareceria a percepção aproximada do continuum pontual, infinito e quantificado, que promoveria, segundo Agamben, uma naturalização do tempo, quando este é percebido somente como presença ao olhar. Já a experiência cristã seria majoritariamente entendida a partir de uma linha reta traçada entre a gênese e o Juízo Final, que Santo Agostinho entenderia no conflito entre os falsos círculos dos gregos contra a via reta de Cristo, que marcaria de forma decisiva a experiência moderna. A experiência paulina do tempo, segundo o autor, é dissociada dessa percepção predominante do tempo.

⁸⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. Op. Cit. p.96.

serem de acordo com a sua própria vontade⁹⁰. A crítica é manejada à impotência promovida por tal interpretação que vincula a existência coletiva à uma ordem de destino, promovendo a resignação perante essa meta. Talvez seja por isso que Benjamin, em um importante ensaio da juventude, tenha tentado separar de forma tão decisiva a ação que vincula à liberdade ética dos sujeitos e sua inocência, que chama de caráter, e o destino, onde escreve: “onde há caráter, não deverá existir, certamente, destino e, no contexto do destino, o caráter não será encontrado”⁹¹.

Essa percepção fugaz do tempo de forma alguma é uma etapa abstrata na qual desembocam aleatoriamente as sociedades ocidentais, mas é evidentemente permeado pelas relações de força e pelos atores que lhe imprimem um significado real, promovendo a falsa consciência desta experiência temporal como natural e a única possível. Nessa perspectiva, o tempo é encarado como rotina administrativa, retirando as possibilidades de intervenção sobre a temporalidade e suas iniciativas são mitigadas por aparatos que por vezes não deixam outra alternativa distinta da reprodução linear do estabelecido. Inserir as potencialidades humanas dentro de uma perspectiva de formalidade e previsibilidade não são momentos distintos das relações de hierarquia, dominação e exploração que permeiam o período histórico em que vivemos. A compreensão da possibilidade de uma experiência distinta em relação ao tempo não tem uma existência somente teórica, mas é sobretudo recolhida em experiências de resistência que em algum momento se insurgiram contra a percepção do tempo vazio e homogêneo, que prevalece na modernidade.

2.2.2. Em poucos campos das ciências humanas esse tipo de discurso talvez se reproduza com tanta facilidade quanto no direito. Isso se deve não somente pela cumplicidade de boa parte dos juristas com os poderes estabelecidos e a necessidade deste dos aprendizes que o acompanhem, mas se dá também por uma dificuldade epistêmica. A estrutura teórica de uma norma jurídica contém em si uma complexa relação temporal que oscila entre o rompimento de uma prática social, sua concretização em norma jurídica e sua relação com um futuro ideal a

⁹⁰ AGAMBEN, Giorgio. *Ética*. In: A comunidade que vem. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p.38.

⁹¹ BENJAMIN, Walter. *Destino e Caráter*. In: Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921). São Paulo: Editora 34, 2011, p.92. Uma série de preocupações de Agamben no ensaio sobre a *Ética* do qual fala a nota anterior são de alguma maneira muito próximos a esse ensaio benjaminiano.

ser projetado. Toda norma se forma num processo de dessemantização, de suspensão de uma prática concreta em sua referência ao real para tornar-se direito. Dessa complexa relação entre um passado estabilizado e um futuro projetado, desenvolvem-se no plano da teoria do direito diferentes interpretações que, conscientemente ou não, reproduzem uma concepção do tempo que se orienta por uma neutralização das experiências passadas ou por uma linearidade estanque que caminha para um momento idealizado. Podemos seguir nesse sentido com Agamben, para quem toda concepção sócio-histórica, e também jurídica, carrega consigo uma interpretação do tempo que lhe é implícita e a condiciona, sendo necessário, portanto, trazer à luz⁹². Não se pretende oferecer uma interpretação exaustiva das dimensões temporais que subjazem às diferentes teorias jurídicas contemporâneas, mas apenas indicar de que maneira pertence à estrutura conceitual do direito esse tipo da experiência temporal, e nesse sentido a busca de uma percepção distinta do tempo ou da história terá que em algum momento se defrontar com essa relação.

No quinto capítulo de “O Poder Constituinte”, Negri procura demonstrar de que maneira a constituição francesa ocupa o papel de encerramento da temporalidade das massas no processo político e revolucionário⁹³. A finalização do processo se dá com a consolidação e a estabilização de um determinado campo de relações hierárquicas que passa a ser pressuposta no interior do corpo legal, em que as possibilidades de alteração serão representadas por meio de uma percepção que procura tornar o poder constituinte preso a um modelo auto-referenciado. No interior de um processo político, quando uma constituição se consolida, dificilmente se fazem questionamentos mais aprofundados sobre as origens e dinâmicas desse processo e do que se perde nesse interior, pois esses pontos cruciais rapidamente passam a ser tratados como “não jurídicos”. O passado passa a ser encarado de maneira definida e encerrada, gerando o sistema normativo que teria sua alteração moldada pela dialética entre nomostática e nomodinâmica internas ao ordenamento. É aí que o constitucionalismo se insere, na pretensão de

⁹² AGAMBEN, Giorgio. *Crítica do instante e do contínuo*. In: *Infância e História...* Op. Cit. p.111.

⁹³ Principalmente Itens 1 e 2. NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: D,P & A, 2002, p.277-329. Tradução: Adriano Pilatti.

tentar regular o exercício dos movimentos imanentes a partir do referencial estático, retornando tais potências a um passado que se pretende estabilizado. Negri irá colocar que: “o constitucionalismo é uma doutrina jurídica que conhece somente o passado, é uma referência contínua ao tempo transcorrido, às potências consolidadas e à sua inércia, ao espírito que se dobra sobre si mesmo”⁹⁴.

O passado anulado se expõe a um presente reificado. Kelsen tem a proposta de eliminar da análise da sua pretensa ciência do direito qualquer outro referencial distinto de seu objeto principal: a norma jurídica. Assim, os processos que originam uma lei se perdem, passando a ser considerados como não sendo o objeto do teórico que (Kelsen) tem em mente. Se a partir do momento em que a norma jurídica adquire existência, sua realidade passa a ser considerada como autônoma, mutilam-se quaisquer fenômenos que condicionam o ordenamento e o próprio “cientista do direito” – que guarda vínculos com um tecnocrata. A dinâmica do ordenamento é garantida a relações que partem de sua existência como esfera autônoma, cuja capacidade de intervenção é reduzida a aspectos de modificação pontual. Noções como processo, progresso e segurança lhe pertencem de maneira íntima, tentando eliminar quaisquer fatores que possam gerar alguma imprevisibilidade que seja contrária a uma noção específica de estabilização que precisa ser pressuposta. O presente é encarado como eterno momento de transição em relação ao futuro.

As relações entre meios e fins pressupostos como condições de existência da estrutura da norma jurídica fazem com que uma espécie de trajeto esteja pressuposto no caminho que nos leva aos fins contidos no âmbito da norma. Quando dedicam-se a formular expressões para esse tipo de sistematicidade, é revelada de maneira nítida a orientação do tempo que subjaz a essa percepção da história: conquistas civilizacionais, gerações de direitos, efetivação ideal da norma, elaboração de programas jurídicos e etc. A efetivação da norma é também a marcha progressiva rumo a um ideal dificilmente modificável, aonde não são poupados os sacrifícios (humanos por vezes) do presente em nome de um futuro melhor, sempre a chegar, sempre linear. É nessa estrutura de funcionamento que

⁹⁴ NEGRI, Antonio. *Poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Op. Cit. p.21-22.

se inserem os chamados direitos sociais, produtos de lutas intensas, que rapidamente passaram a adquirir uma existência programática, dentro da 'reserva do possível', do 'mínimo existencial', ou de qualquer outra elaboração conceitual naturalizadora das desigualdades sociais estruturais que permeiam o tempo presente. A teoria da cumulatividade dos direitos também faz parte desse tipo de perspectiva conceitual: a história passa a ser analisada a partir de conquistas lineares progressivas representadas a partir das gerações ou dimensões de direitos no qual desaparecem os processos reais de luta. A mensagem implícita nessas considerações deslocam os sujeitos à dimensão de espera em direção ao processo evolutivo que irá supostamente garantir sua “proteção” e ancoragem no ordenamento jurídico. O direito irá incluí-los, um dia...

Determinadas teorias percebendo essa dificuldade conceitual adentraram nesse tipo de debate, algumas tentando encontrar espaços de luta nesse interior (como algumas teorias críticas a esse modelo), outras operando diante de uma temporalidade completamente inconsistente, como parece ser o caso de Luhmann⁹⁵. Não se trata apenas de um questionamento de ordem teórico-epistemológica, mas de um papel simbólico-prático que insere o direito como instrumento por excelência da busca por estabilização político-social na manutenção de um determinado primado de relações. A noção de segurança jurídica que permeia a maioria das teorizações que versam sobre o direito é um componente-chave na construção dessa imagem ideal⁹⁶.

No plano sócio-histórico, o tempo é reduzido a um mecanismo de regulação da dimensão fenomênica. As tendências imersas na modernidade de transformar o direito em técnica impessoal e abstrata coaduna com esse tipo de orientação do primado da estabilidade, da orientação do tempo como rotina administrativa, em que todas as ações são diluídas no curso de um processo previsível e regular. A previsibilidade, a repetição, o curso impessoal da lei (pontos que serão problematizados em um momento posterior) fazem parte desse tipo de tendência que além de reproduzir uma percepção problemática do tempo,

⁹⁵ LUHMANN, Niklas. *Sociologia do Direito – II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983, p.169-170.

⁹⁶ MASCARO, Alysson Leandro. *Crítica da Legalidade e do Direito Brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p.37.

tem como principal consequência a ocultação de certas funções e funcionamentos do direito em uma determinada sociedade. Esse tipo de racionalidade pretende preparar e prever as mudanças a partir de seus procedimentos internos evitando assim as instabilidades de uma realidade que lhe escapa.

Ciência e direito, e a soma dessas expressões radicaliza essa angústia, são os eixos estruturais funcionalmente voltados para a asseguarção de uma calculabilidade estável sobre o real. Esse tipo de formulação opera em torno de um modelo de estabilização de expectativas, orientando, antecipando e englobando o futuro como marco ideal de chegada. A primazia do teleológico ou sua inserção na rotina compõe o imaginário daqueles que operam diante do jurídico nas sociedades modernas. Diferentemente do mundo antigo, em que o “jurídico” e o poder eram duas dimensões presentes e conexas na dinâmica dos processos decisórios daquelas sociedades, na modernidade a tentativa de dissolver essa dualidade na técnica impessoal da lei reproduz essa tentativa de controle sobre o mundo real. A íntima relação que se estabelece entre a temporalidade e o plano da norma jurídica se inserem “no caráter de ‘estrutura de expectativas’ que é próprio ao direito, independente do grau de consciência subjetivas dos ‘atores sociais’”⁹⁷.

Está imersa a busca pela neutralização do eventual, do imprevisível na determinação de um futuro que se pretende assegurado. Marramao enxerga esse tipo de tendência na chamada “Teoria dos Sistemas”, que coloca o direito como cumpridor da função de estabilização do presente no caminhar em direção aos acontecimentos futuros, considerados nesse sentido como a preocupação central do direito⁹⁸. Essa dificuldade de lidar com aquilo que lhe escapa e com o eventual chegaria ao extremo em Schmitt, que recorre à decisão soberana como a força de autoridade que cumpriria o papel dessa estabilização diante das situações de exceção que o mundo real expõe à racionalidade normativa, com o objetivo de garantir a própria vigência da norma e produzir o estável que a mesma precisa pressupor. Está imersa nessa perspectiva a tentativa de controlar a as diversas

⁹⁷ MARRAMAIO, Giacomo. *Poder e secularização – As categorias do tempo*. Op. Cit. p.73.

⁹⁸ MARRAMAIO, Giacomo. *Poder e secularização – As categorias do tempo*. Op. Cit. p.73.

crises que se desenvolvem num modelo de antagonismo social latente, em que caberia à dualidade articulada norma-exceção a metabolização dessa crise na tentativa de garantir a sequência de uma história que se pretenda estável. Diante dos momentos em que essa pretensão por estabilização é levada ao extremo, o espectro da exceção constantemente reaparece em sociedades em profunda crise de legitimação, aonde o enfoque schmittiano do político⁹⁹ (binarismo reproduzido conscientemente ou não por diversas teorias jurídicas contemporâneas) reaparece para cumprir esse desejo de garantia do fluxo homogêneo do devir histórico.

O processo inovativo passa a ser comprimido no momento em que instituições são produzidas por meio de instituições num modelo auto-centrado, em que a primazia do procedimentalismo como falsa liberdade torna os atores inseridos nesse processo distante do pensamento para além daquilo que fora normativamente configurado. É claro que esse processo não é completamente estático, nem no plano teórico nem na prática em que a ação se manifesta para imprimir determinados significados conjunturais àquela forma. Importa aqui ressaltar que existem linhas “porosas” no funcionamento desse ordenamento e que podem até ser relativamente móveis, mas tem fronteiras recorrentemente demarcadas com bastante nitidez. Essas fronteiras se colocam nos próprios limites estruturais estabelecidos, que terminam por responder a determinados postulados de invariância que garantem justamente o seu local no processo histórico como um todo. A imagem do fluxo ou da marcha linear-progressiva tem aqui um espaço decisivo, pois o tempo histórico é tomado como evolutividade irreversível, ainda que a conjuntura o obrigue a estar sempre sendo obrigado a lidar com condições relativamente variáveis de modificação pontual. Dessa maneira, a capacidade ativa e dinâmica dos sujeitos históricos opera simultaneamente com uma tendência a encontrar pesadas comportas que produzem uma contraforça que terminam por reconduzir suas demandas ao estado normal (o estado da norma), já que a normatividade e o fluxo homogêneo são seus valores finais. Esses mecanismos, ao mesmo tempo de abertura e contenção, são atuantes diante de um

⁹⁹ SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis: Vozes, 1992, p.51-62. Seria fundamental aqui um estudo sobre o schmittianismo incorporado no plano de determinadas teorias do direito, e aqui refiro-me à sistêmica. Dessa maneira, pode deixar de soar como um acidente de percurso percepções como a de Jakobs, claramente tributária, senão de seu arcabouço, de aspectos decisivos dessa abordagem.

curso histórico geral no qual está inserido e projetado, e o que caracteriza essa projeção é a conservação e a reprodução do que Marramao chamou de norma estrutural (e do projeto nela incorporado)¹⁰⁰.

Entretanto, essa estabilidade é uma pretensão ou uma condição débil, que precisa lidar constantemente com iniciativas que lhe escapem e que de alguma maneira precisam ser funcionalizadas, introjetadas ou reprimidas para que seja inserida dentro de uma determinada estrutura de expectativas correspondentes ao sistema jurídico como um todo. Podemos perceber uma espécie de contenção dos processos de inovação que se manifesta em uma retroalimentação produzindo instituições por meio de instituições, de um procedimento compreendido como técnica auto-reprodutora. As teorias hegemônicas do direito que refletem sobre o fechamento exato e métrico do ordenamento pretendem regular eventuais condições de desequilíbrio que comprometam sua existência histórica, aonde esses fatores advindos da dinâmica histórica de lutas e resistências são incorporados somente quando não impliquem na alteração final das condições de equilíbrio do status quo e da estabilidade estrutural do ordenamento. Os conflitos e os antagonismos certamente se dão, mas apenas quando não comprometem as leis de movimento históricas no qual está imerso. O equilíbrio que se expressa na oscilação entre forma e dinâmica de um modelo auto-referenciado tem a função de assegurar a duração de um primado de relações de poder. Diante da expectativa de equilíbrio do ordenamento, as alterações substanciais são neutralizadas, conduzindo a experiência do tempo no direito a uma redução que o insere em uma marcha estática em que os intervalos se diferenciam em uma situação de quase-irrelevância¹⁰¹.

2.2.3. Buscando escapar não somente das mazelas promovidas por tal forma de experimentação do tempo, mas também do conformismo da qual decorre, a tentativa de uma experiência do tempo autêntica será buscada em marcos muito distantes das concepções dominantes no próprio campo da filosofia. Segundo Agamben, Marx não elaborara uma concepção do tempo à altura de sua

¹⁰⁰ MARRAMAIO, Giacomo. *Poder e secularização – As categorias do tempo*. Op. Cit. p.252-256.

¹⁰¹ MARRAMAIO, Giacomo. *Poder e secularização – As categorias do tempo*. Op. Cit. p.259-265

concepção de história, e busca, a partir das “Teses” benjaminianas, complementar essa discussão:

“O modo de Marx pensar a história situa-se em uma região completamente diversa (de Hegel). A história não é para ele algo em que o homem *cai*, ou seja, ela não exprime simplesmente o ser-no-tempo do espírito humano, mas é a dimensão geral do homem enquanto *Gattungswesen*, enquanto ser capaz de um gênero, isto é, de produzir-se originalmente não como mero indivíduo nem como generalidade abstrata, mas como indivíduo universal. A história não é determinada, como em Hegel e no historicismo que dele descende, a partir da experiência do tempo linear enquanto negação da negação, mas a partir da *práxis*, da atividade concreta como essência e origem (*Gattung*) do homem. [...] A história não é mais, como em Hegel, o destino de alienação do homem e a sua necessária queda no tempo negativo, em que se encontra em um processo infinito, mas a sua natureza, ou seja, o original pertencimento do homem a si mesmo como *Gattungswesen*, da qual foi temporariamente subtraído pela alienação. *O homem não é um ser histórico porque cai no tempo, mas, pelo contrário, somente porque é um ser histórico ele pode cair no tempo, temporalizar-se*”¹⁰².

Buscar esse caminho distinto de boa parte do pensamento dominante implica em procurar as chaves para mover-se para além da experiência nulificada do tempo, no qual seja possível reivindicar uma história autêntica que escape dos domínios da tecnicidade capitalista¹⁰³, que tem na concepção tradicional do tempo um de seus instrumentos. Benjamin chama de tempo-agora (ou tempo do agora [*Jetztzeit*] na tese XIV) a construção que dedicava à tentativa de uma percepção distinta da experiência temporal a ser construída coletivamente. O tempo-agora é na verdade um dos pontos cruciais na compreensão das “Teses”, e indica um primeiro sentido vinculado à urgência e o compromisso necessário acerca da necessidade de uma outra construção histórica possível. Benjamin procurava, na urgência do agora, uma concepção de tempo que correspondesse à constatação de que para os oprimidos, “o estado de exceção é na verdade a regra geral”. Ao invés de ver nos acontecimentos passados uma cadeia natural evolutiva, o anjo da Tese IX vê a acumulação de ruínas que se perpetua e se acumula sobre os corpos dos vencidos e explorados, aonde o compromisso com essas gerações passadas impõe

¹⁰² AGAMBEN, Giorgio. *Tempo e História – Crítica do instante e do contínuo*. Op. Cit. p.120-121. As passagens em itálico são sublinhadas pelo próprio Agamben.

¹⁰³ Lembro-me aqui do ensaio de Benjamin, que mobilizava a noção de autenticidade contra a tecnicidade característica da sociedade burguesa. BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. In: *Obras Escolhidas Vol. I – Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.167-169 prioritariamente.

sua rememoração e o acerto de contas e a confrontação com o próprio processo histórico. Um segundo sentido é vinculado à uma requalificação da experiência, da memória e do presente, aonde este não é encarado como um meio para um futuro já definido em que os sacrifícios humanos possam ser feitos em nome do progresso. Ele expõe uma forma de compreender o tempo vinculada ao próprio terreno do agir histórico, expressando o momento em que os sujeitos escrevem sua própria história. Benjamin pensa em uma concepção de tempo como um momento pleno que é o próprio local de construção e de intervenção consciente na história.

Agamben inicia 'Infância e História'¹⁰⁴ falando da mortificação e da expropriação da experiência contemporânea num momento em que é legado aos sujeitos uma gama cada vez mais extensa de informações e vivências particulares, sem que isso se traduza em experiência partilhável. Enquanto vive-se num tempo em que o cotidiano conduz o agir a reprodução técnica de pequenos atos seja nas estruturas burocráticas, seja na atividade cotidiana do trabalho ao operar sobre conteúdos pré-estabelecidos, perde-se recorrentemente a consciência da possibilidade de intervir no tempo. Nesse processo, os sujeitos (singulares ou coletivos) perdem a dimensão de que esta mesma realidade é produto da sua própria criação e é o local onde os próprios são formados, e que portanto poderia se operar de uma forma completamente distinta.

O tempo-agora de que Benjamin falava na tese XIV não representa a longa marcha progressiva da história, mas o átimo da interrupção em que os seres humanos se apossam de sua própria condição. Essa experiência do tempo se apresenta não como algo objetivo que esteja externo às nossas capacidades, mas que surge no momento em que o sujeito do próprio conhecimento histórico decide intervir conscientemente e coletivamente na própria história. Para Benjamin, somente dessa maneira, poderíamos compreender a experiência do tempo de maneira distinta da exterioridade em relação ao evento histórico manifestado por essa intervenção. Essa exterioridade se apresenta como a experiência temporal em dois momentos distintos: um momento de mensuração do tempo dos relógios e

¹⁰⁴ AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História: Ensaio sobre a destruição da experiência*. In: *Infância e História – Destruição da experiência e origem da história*. Op. Cit. p.21-23.

outro da ação cotidiana a partir desse tempo. Quando esses autores falam de uma apropriação do tempo, isso implica em uma experiência inseparável entre a temporalidade e a coletividade que a experimenta e põe em xeque a própria representação do tempo. História e temporalidade não são negadas, ao contrário, se encontram e se concentram na relação intensiva entre atores históricos e o tempo que passam a coexistir em sua própria constituição¹⁰⁵. Apropriar-se do tempo aqui não significa conceber o tempo em sua mensuração quantificável que ensejaria um novo sistema homogêneo e linear para entender o tempo, mas requalificar as relações entre os atores e suas experiências. Benjamin menciona na tese XV a possibilidade de explodir o continuum da história no instante da ação, em que não esteja em jogo o instante morto e subtraído, mas sim o momento oportuno e o átimo presente, o momento da ruptura e a abertura da temporalidade.

Em “O tempo que Resta”, Agamben utiliza-se do apóstolo Paulo para pensar o evento como chave constitutiva de interpretação da própria temporalidade¹⁰⁶. Está em jogo pensar o *kairós* paulino não como uma oposição simples ao *chronos* regular, mas como porção do tempo profano que sofre uma contração que o transforma integralmente¹⁰⁷. Esse tempo excede constitutivamente o *chronos*, mas não significa dizer que esse *kairós* seja um outro tempo suplementar que esteja do lado de fora do tempo cronológico. *Kairós* não é um outro tempo derivado de uma outra história¹⁰⁸, algo que ensejaria um escapismo e uma idealidade, mas um outro tempo possível na experiência da temporalidade quando esta passa a ser transformada, completada e entendida. O

¹⁰⁵ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. Op. Cit. p.11.

¹⁰⁶ Agamben faz o uso profano de temas geralmente utilizados em contexto teológicos. Para o conceito de profanação em seu pensamento, ver: AGAMBEN, Giorgio. *Elogio da Profanação*. In: *Profanações*. Op. Cit. p.65-79.

¹⁰⁷ AGAMBEN, Giorgio. *El tiempo que resta: Comentario a la carta a los Romanos*. Madrid: Editorial Trotta, 2006, p.69.

¹⁰⁸ É importante colocar que quando Agamben ou Benjamin se referem a uma outra concepção de história, ou uma outra narrativa, os mesmos não implicam em um abandono da história, mas à reapropriação desse mesmo real vinculado à uma narrativa em que os seres humanos sejam os próprios atores dessa requalificação da história e da experiência. “Ao tempo vazio, contínuo, quantificado e infinito do historicismo vulgar, deve ser oposto o tempo pleno, partido, indivisível e perfeito da experiência humana concreta; ao tempo cronológico da pseudo-história, o tempo kairológico da história autêntica; ao ‘processo global’ de uma dialética que se perdeu no tempo, a interrupção e a imediatez de uma dialética imóvel. A crítica da razão histórica [...] deve ser levada a termo, não para abandonar a história, mas para atingir uma concepção mais original”. AGAMBEN, Giorgio. *Programa para uma revista*. In: *Infância e História...* Op. Cit. p.168.

tempo kairológico é o tempo próprio da reconfiguração do *chronos*, contraído e abreviado. Agamben lhe imprime a seguinte caracterização: “o tempo é aquele em que há *kairós* e *kairós* é aquele em que há pouco tempo”¹⁰⁹. Procurando exprimir a singularidade desse *kairós*, Negri apontará que:

“Kairós é, na concepção clássica do tempo, o instante, ou seja, a qualidade do tempo do instante, o momento de ruptura e abertura da temporalidade. É um presente, mas um presente singular e aberto. Singular na decisão que ele exprime a propósito do vazio sobre o qual se abre. Kairós é a modalidade do tempo através do qual o ser se abre, atraído pelo vazio que está no limite do tempo, e decide preencher esse vazio”¹¹⁰.

A dificuldade de representação dessa temporalidade é evidente¹¹¹, algo que Agamben é perfeitamente consciente, sem que isso entretanto lhe cause qualquer estranhamento na tarefa não de pensar abstratamente essa temporalidade, mas de tentar compreender o tempo que subjaz em algumas experiências humanas, da qual o tempo messiânico paulino é uma delas. Benjamin fornecia na tese XV um episódio singular que demonstrava essa relação entre as grandes experiências coletivas e o tempo. Na Revolução de Julho de 1830, quando o proletariado parisiense se levanta em barricadas contra Carlos X, no anoitecer do primeiro dia de luta em vários pontos de Paris, ao mesmo tempo e sem prévio acerto são disparados tiros contra os relógios das torres. A intervenção daqueles agentes históricos era também uma contraposição a um modelo temporal que encara o tempo como medida de valor das relações humanas, por isso justamente os relógios são um de seus primeiros alvos. Num pequeno texto de 1916, chamado “*Trauerspiel* e tragédia”¹¹², Benjamin fala que o tempo histórico é o tempo infinito e substancial, sempre incompleto diante da capacidade dos atores de intervir sobre ele. O tempo histórico é muito distinto do tempo da mecânica e do tempo dos relógios, que terminam por reduzir a grandeza de determinados acontecimentos a uma regularidade naturalizante e angustiante.

¹⁰⁹ AGAMBEN, Giorgio. *El tiempo que resta...* Op. Cit. p.73. Tradução livre.

¹¹⁰ NEGRI, Antonio. *Kairós, Alma Venus, Multitudo: Nove lições ensinadas a mim mesmo*. Rio de Janeiro: D,P & A, 2003, p.43-44.

¹¹¹ O próprio Agamben procura em “O tempo que Resta” esboçar uma tentativa, que posteriormente é criticada por ele mesmo.

¹¹² BENJAMIN, Walter. *Trauerspiel e tragedia*. In: *Metafísica della Gioventù – Scritti 1910-1918* (Org. Giorgio Agamben). Torino: Giulio Einaudi, 1982, p.168.

Essa crítica da orientação temporal predominante na modernidade e a possibilidade de uma percepção distinta se distingue da tentativa de reconduzir a experiência do tempo ao ser consigo mesmo. Esse tipo de confusão geralmente se dá em algumas teorias ditas “pós-modernas”¹¹³, que reivindicando uma pretensa originalidade da sensação temporal, enfrentam uma dificuldade bastante grande de fugir do campo meta-individual. Nesse sentido é ilustrativa uma distinção feita por Benjamin, entre *Erfahrung* (utilizado no sentido de uma experiência coletiva) e *Erlebnis* (que representava a experiência individual)¹¹⁴. Benjamin, na tentativa de requalificar os sentidos da história e da experiência, fala de uma forma de experiência associada aos usos coletivos feitos em uma época e local. Essa *Erfahrung* está ligada a uma tradição viva coletiva, no qual a sua organização reforça a vinculação consciente dos usos de um passado comum, nos quais o tempo é vinculado aos seres e à realidade que os constituem¹¹⁵. Já a *Erlebnis* a qual se referia Benjamin, era a experiência do sujeito individual encerrada em si próprio, na sua rotina cotidiana, de forma particular e privada. Benjamin admirava

¹¹³ Boa parte das teorias ditas pós-modernas, pelos próprios pressupostos epistemológicos que adotam, são de difícil caracterização. Quando refiro-me ao termo “pós-moderno” no decorrer da dissertação, parto da caracterização, das críticas e das consequências culturais feitas por Jameson e Harvey, ainda que estes autores possuam diferenças na interpretação desse tipo de fenômeno sócio-cultural. Agamben chega a esboçar algumas críticas a esse fenômeno em *Ideia da Prosa*. Segundo Agamben, nos tempos de niilismo, conceitos como pós-moderno, novo renascimento ou humanidade ultra-metafísica revelam uma inconfessada tendência à ideologia do progresso na fetichização do novo: a nova época, as novidades da semana, os novos produtos e tudo aquilo que se manifesta na reprodução de uma época não tão original assim. AGAMBEN, Giorgio. *Ideia da Época*. In: *Ideia da Prosa*. Lisboa: Edições Cotovia, 1999, p.81-82.

¹¹⁴ A distinção dos termos é feita por: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin ou a história aberta*. In: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas Vol. I - Magia e Técnica, Arte e Política*. Op. Cit. p.9. O tema é central no ensaio de Benjamin sobre o narrador: BENJAMIN, Walter. *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: *Obras Escolhidas Vol. I - Magia e Técnica, Arte e Política*. Op. Cit. p.197-221. É claro que não se trata aqui de colocar Benjamin como crítico do “pós-moderno”, discussão que o próprio não chegou a vivenciar, mas utilizar-se de algumas de suas categorias como objeto de crítica. Essa é por conseguinte também uma crítica às interpretações pós-modernas de Benjamin. Uma ideia de uma outra concepção de história vinculada a necessidade reiteradamente afirmada de compromisso do historiador com seu tempo, como defendida por Benjamin, é inconcebível para aqueles que encaram o fazer histórico como uma mera *interpretação* relativista.

¹¹⁵ Para Benjamin, isso se distingue de um romantismo que reivindique um passado idealizado. Muitos dos escritos de Jeanne Marie citados anteriormente procuram criticar as interpretações de Benjamin baseadas somente em um romantismo nostálgico, e são extremamente importantes nessas discussões. Para um breve ensaio sobre a influência do romantismo em seu pensamento, e a recepção singular do mesmo no pensamento de Benjamin, ver: LOWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio ...*Op. Cit. p.13-32.

em Proust¹¹⁶ uma forma de conduzir a narrativa em que não está em jogo o monótono conteúdo da vida burguesa encerrada nas paredes que o cercam no plano do pensar individual, mas a busca através da atividade de rememoração coletiva dos rastros e analogias de uma experiência ainda inacabada.

O tempo de que falam Agamben e Benjamin também se distingue do único tempo possível que se acene diante do fantasma de qualquer fim, seja ele o fim da humanidade ou da humanidade idealizada. O tempo-agora ao qual se referem não é o tempo dos fins como meta ideal, e nem o fim dos tempos. Esse tempo é justamente o tempo que temos, o tempo que resta e que temos no agora da cognoscibilidade. Os autores pretendem substituir a relação clássica presente no plano da política entre uma ação condicionada por um fim teleologicamente determinado, procurando experimentar a hipótese de uma medialidade que não aprisione a ação a um fim que lhe seja estranho. Por isso esse tempo oscila entre um já e um ainda não que lhe possibilite uma nova abertura¹¹⁷, ou então, como diria Benjamin no apêndice B das Teses, algo que nos permita deixar em cada segundo uma porta estreita aberta. Esse tempo não se encontra numa meta a ser esperada e nem em um momento futuro perfeitamente calculável, mas está desde já presente nas oportunidades a serem colhidas no agir coletivo. O tempo-agora recupera aquilo que passou não como um ponto fixo e contínuo, mas se manifesta como eventos ainda a serem concluídos na urgência a que o presente nos expõe.

A profundidade dessa perspectiva está em captar de que maneira as chances de uma transformação autêntica da realidade se vinculam ao desatrelamento da futurização, e em relação ao passado no reacender das oportunidades históricas requalificadas. O tempo-agora imprime a possibilidade de se pensar aquilo que escapa à lógica de matematização da história, ao abrir-se como um elemento dotado de uma estrutura particular que não seja capturado nas amarras e na lógica da sucessão progressiva e de uma disposição hierarquizante do tempo. Essa experiência temporal pertence ao átimo, e não ao processo, aonde o átimo é justamente o que escapa da marcha: esse tipo de historicidade pretende

¹¹⁶ BENJAMIN, Walter. *A imagem de Proust*. In: *Magia e Técnica – Arte e Política Obras Escolhidas* Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹¹⁷ AGAMBEN, Giorgio. *El tiempo que resta...* Op. Cit. p.74.

compreender o retorno do possível transformado, e que se expõe por meio de sua própria existência àquilo que se abre¹¹⁸.

A ideia é fazer com que cada momento do presente se exponha em relação às próprias forças que somente a ação coletiva possa lhe conferir. Cada momento carrega consigo suas potencialidades, distinguindo assim o terreno histórico da práxis humana e a doutrina teleológica, que aposta no andamento gradual de acordo com leis históricas dificilmente modificáveis. Não se trata de esperar a chegada dessa forma de interpretação do tempo como se ele fosse uma fórmula a ser aplicada, mas de intervir no tempo reconhecendo que são os seres humanos que fazem a sua própria história. Essa temporalidade se apresenta como desmedida do fluxo, exprimindo a possibilidade de liberação e de reversibilidade do tempo, de sua apropriação enquanto experimentação.

O tempo-agora, como lembra Michael Lowy¹¹⁹, é também uma espécie de “material explosivo” ao qual o sujeito do conhecimento histórico junta o estopim. Trata-se da necessidade da implosão da ilusão de continuum da história para a construção de um tempo histórico pleno, carregado de momentos “atuais”. A experiência do tempo-agora, que é para Benjamin o conteúdo profundo do tempo histórico, é portadora de uma imobilização que exige a rememoração em que o passado e presente se encontram, em que o agir exprime a possibilidade de redenção¹²⁰. Como o próprio Agamben indica, essa percepção benjaminiana da imobilização implica em cessar de enxergar na história a partir de uma perspectiva linear e contínua para compreendê-la a partir do agora, que é também o agora da própria cognoscibilidade.

“Verdadeiro materialista histórico não é aquele que segue ao longo do tempo linear infinito uma imagem vã de progresso contínuo, mas aquele que, a cada instante, é capaz de parar o tempo[...]. É este o tempo experimentado nas revoluções autênticas, as quais, como recorda Benjamin, sempre foram vividas como uma suspensão do tempo e como uma interrupção da cronologia; porém, uma revolução da qual brotasse não uma nova cronologia, mas uma mudança

¹¹⁸ MARRAMAIO, Giacomo. *Poder e Secularização – As categorias do tempo*. Op. Cit. p.117-129.

¹¹⁹ LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio...* Op. Cit. p.120.

¹²⁰ LORENZETTO, Bruno Meneses. *O silêncio das sereias: Tempo, direito e violência na modernidade*. Dissertação de mestrado em Direito orientada pelo prof. Celso Luiz Ludwig e co-orientada pela profa. Vera Karam de Chueiri. UFPR, 2010, p.44.

qualitativa do tempo (uma kairologia), seria a mais grávida de consequências e a única que não poderia ser absorvida no refluxo da restauração”¹²¹.

2.3

Os sentidos da crítica: A abertura da história e a construção do que vem - Sobre a ideia do comunismo¹²²

“Talvez este seja o gesto supremo da filosofia: não tanto pensar O plano de imanência, mas mostrar que ele está lá, não pensado em cada plano. O pensar desta maneira, como o fora e o dentro do pensamento, o fora não exterior ou o dentro não interior. O que não pode ser pensado, e todavia deve ser pensado”.
(Gilles Deleuze e Felix Guattari, O que é a Filosofia?)

Falar sobre a abertura da história e sobre o comunismo depois do “fim da história” ter sido proclamado por Fukuyama ainda é atual. É preciso não dar tantos créditos assim a Fukuyama, que tentara reativar o mito do fim da história num tom liberal-capitalista. O sucesso editorial de sua obra naquele contexto não faz mais do que reproduzir um sentimento profundamente enraizado nas classes dominantes de declarar a eternidade de um sistema econômico-social, sentimento esse não tão novo assim. Uma das chaves da dominação no campo de forças que conhecemos como modernidade é impor a crença não somente na superioridade do capitalismo sobre qualquer outra forma de organização sócio-política, mas torná-lo a única alternativa possível¹²³.

Recentemente, o debate sobre “A ideia do Comunismo”¹²⁴ vem sendo retomado, respondendo não somente à insuficiência profunda da hegemonia liberal-capitalista, mas também ao surgimento de novas formas de contestação articuladas a uma demanda pelo repensar dessa tradição. Os anos 90 e 2000 foram marcados por uma série de guerras decretadas em nome dos direitos humanos, de

¹²¹ AGAMBEN, Giorgio. *Tempo e História – Crítica do instante e do contínuo*. Op. Cit. p. 128.

¹²² Dedicó esse ensaio à professora Bethânia Assy que abriu um curso voltado a leitura de autores dessa tradição “esquecida”, e sobre a obra “A ideia do comunismo”. Esse seria o ensaio correspondente à conclusão do curso, que não pôde ser escrito naquele momento por diversos motivos.

¹²³ LOWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio...* Op. Cit.p.154-155.

¹²⁴ DOUZINAS, Costas & ZIZEK, Slavoj (Ed.). *The Idea of Communism*. London: Verso, 2010. A obra contém ensaios de: Alain Badiou, Judith Balso, Bruno Bosteels, Susan Buck-Morss, Costas Douzinas, Terry Eagleton, Peter Hallward, Michael Hardt, Jean-Luc Nancy, Antonio Negri, Jacques Rancière, Alessandro Russo, Alberto Toscano, Gianni Vattimo e Slavoj Zizek.

crises econômicas nos tigres asiáticos, na América Latina e no restante do mundo, até a mais recente de 2008 que atingiu o mundo “globalizado” em proporções que ainda não podem ser exatamente mensuradas. O retorno dessa discussão é fundamental não somente em sua relação com movimentos emancipatórios que recentemente vem ganhando força, mas também como contraponto à tendência crescente de conversão da política em gestão promovida na atual fase do desenvolvimento capitalista, tanto por parte do exercício burocrático-autoritário do poder quanto pela dominação impessoal, abstrata e reificada do capital e da mercadoria sobre as formas-de-vida que pretendem construir alguma alternativa distinta ao atual formato de sociabilidade¹²⁵.

2.3.2. Em 1985, Agamben escreve um pequeno ensaio/fragmento denominado “A ideia do comunismo” no qual lança algumas referências gerais de reflexão que parecem importantes de serem recuperadas, tanto no presente contexto histórico quanto no conjunto articulado de suas reflexões sobre filosofia da história. A obra em questão, 'Ideia da Prosa', é o momento em que se articulam uma série de reflexões iniciadas anteriormente principalmente sobre a complexa relação entre linguagem e história, e são postos de maneira condensada nesse pequeno livro. A forma que Agamben adota no livro é muito pouco usual, e é diretamente vinculada a uma proposta histórico-política que se encontra em alguns de seus textos decisivos.

Todo o livro é composto de pequenos ensaios/fragmentos no qual reflete sobre diversos temas teóricos e indissociavelmente políticos (matéria, poder, política, comunismo, época, verdade, nome, despertar e outros). A linguagem estética e a ética se aproximam nesses ensaios/fragmentos em que a fragmentação constitutiva pretende responder pela exigência de um conhecimento que responde a imperativos de urgência, e que não deixe de satisfazer ao inacabamento constitutivo dessas mesmas reflexões que respondem a uma proposta filosófica e política diante a realidade com a qual o pensador se compromete. O pensamento que se expõe nesses ensaios/fragmentos pretende dar conta da historicidade de onde parte, para reforçar um compromisso recíproco entre imagem, ideia e escrita, compreendidas como integralmente históricas.

¹²⁵LOWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio...* Op. Cit.p.152.

O objetivo é propor uma mudança radical na maneira habitual de pensar por conceitos (tão cara ao direito) para que se demonstrem possibilidades distintas de se conceber o tempo, a história e a própria escrita¹²⁶. No tema desse fragmento (a ideia do comunismo) esse cuidado parece ser fundamental por duas razões essenciais: 1- não a-historicizar um movimento histórico sobretudo pautado num devir que se vincule à intervenção prática dos atores que o compõe na história; 2- evitar transformar o comunismo em um conceito regulador definido pela aplicação norma-caso abstraídos da dinâmica histórica, no qual esse movimento seria definido pela realização progressiva e linear em direção ao conceito. Dessa maneira, se pretende captar a profundidade histórica presente em determinados objetos, que respondem também a coordenadas epistemológico-políticas, de pensar a história a partir daqueles para os quais o “estado de exceção” é na verdade a regra geral.

Nesse sentido, a imediatividade da ideia é contraposta à abstração do conceito. A ideia aqui não é entendida como uma projeção arbitrária a um momento distante do pensamento que a partir de si tornaria inteligível o real¹²⁷. Quando Agamben fala em ideia, não faz referências a interpretação habitual de Platão e nem ao idealismo alemão. A ideia em seu pensamento responde a um duplo movimento histórico, tanto de inteligibilidade dos processos históricos reais e a sua resposta por parte do pensador a partir daquilo que o agora lhe impõe, vinculado aos compromissos ético-políticos que assume. Ideia remonta a Benjamin, de quem Agamben inclusive retira o nome do livro (*Ideia da Prosa*) a partir de um fragmento correspondente às variantes das Teses sobre o Conceito de História¹²⁸. Quando Benjamin se refere a uma teoria das Ideias no complexo prefácio da obra sobre o drama barroco alemão, pretende levar ao extremo a relação entre linguagem e história no recolhimento de um objeto. O objetivo é tentar restituir à unidade originária da história (que Agamben identificará como práxis, exprimindo tanto o real quanto as ações sobre o mesmo, em um ensaio dedicado ao método benjaminiano) o conhecimento que precisa ser tomado em

¹²⁶ MURICY, Katia. *Alegorias da Dialética – Imagem e pensamento em Walter Benjamin*. NAU Editora/PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2009, p.22.

¹²⁷ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. Op. Cit. p.12.

¹²⁸ BENJAMIN, Walter. *Apuntes sobre el concepto de Historia*. In: *La dialéctica en suspenso – Fragmentos sobre Historia*. Op. Cit. p.87-88.

sua dimensão linguística. Para Benjamin está em jogo a relação constante entre ideia e mundo sensível, que garantiria a continuidade material da experiência possível¹²⁹. A ideia seria a imagem captada na escrita que procura redimir os fenômenos encobertos pela historiografia dominante, tornando indissociáveis o momento do pensamento e a prática política.

As ideias surgidas nesses ensaios/fragmentos pretendem ser escritos a contrapelo da conceitualidade filosófica dominante. O processo de elaboração do pensamento por ideias seria distinto do ensino autoritário da doutrina, do universalismo abstrato do sistema e da demonstração coercitiva da matemática, sendo apresentadas em sua relação necessária com a linguagem¹³⁰. A busca pela quebra com o pensamento sistemático o leva a contrair a própria forma, fazendo com que curtos ensaios tentem dar conta de temáticas em tese amplas, cujos debates estão longe de ter terminados. Entretanto, sua preocupação não é meramente hermenêutica, mas restituir à historicidade esse movimento, exigindo o seu próprio cumprimento e realização. O objetivo desses ensaios/fragmentos não é exaurir por completo esses temas, mas expor aquilo que Benjamin chamou certa vez de “Imagens de Pensamento”. Essas imagens ou ideias procuram escapar da pretensão de totalização do pensamento sem cair no relativismo subjetivista, pois aqui o objetivo é levar até o extremo a reflexão sobre o caráter linguístico-histórico do próprio pensamento de acordo com uma realidade com a qual o filósofo-historiador se compromete¹³¹.

A ideia é entendida a partir de um processo histórico de rememoração e de ação, que não é adquirida pelo processo de conhecimento abstrato baseado apenas na indução ou dedução. Dessa maneira, se poderia considerar a realidade dos objetos de maneira suficientemente crítica para neles descobrir os rastros de uma configuração distinta, cuja imediaticidade vincule ideia e nome, que é o momento

¹²⁹ Por isso em um dos manuscritos referentes a segunda e a terceira parte do livro sobre o drama barroco, Benjamin vai falar em tomar o cuidado de: “procurar sempre a categoria adequada ao conteúdo material presente”. Manuscrito 1959. Reproduzido em: BENJAMIN, Walter. *Origem do Drama Trágico Alemão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p.329. Tradução de João Barrento.

¹³⁰ BENJAMIN, Walter. *Origem do Drama Trágico Alemão*. Op. Cit. p.28-35.

¹³¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Da escrita filosófica em Walter Benjamin*. In: Leituras de Walter Benjamin. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2007, p.87.

que exprimiria a imediaticidade da relação entre língua e história¹³². O fragmento pretende ocupar-se dos enigmas e dos rastros que o passado nos lega na construção do conhecimento e do momento histórico, que são ao mesmo tempo a forma de aceder a uma verdade que existe, mas que é sempre diferida e em construção. O estatuto da verdade, no sentido conferido a este termo por Benjamin e Agamben¹³³, na história não se dá aprioristicamente a partir de enunciados abstratos.

O inacabamento constitutivo desses fragmentos não podem ser entendidos como um ideal, no sentido de uma tarefa infinita que atravesse todo o devir histórico. Agamben, num excelente ensaio dedicado a Benjamin¹³⁴, repreende a fraqueza epistemológica das teorias que advoguem a partir da linguagem uma teia de interpretações infinitas diante da relação entre história e linguagem. Para esse tipo de teoria, do qual Gadamer faria parte, a língua e as formas de expressão se tornam indecidíveis diante de um movimento linguístico fazendo com que nunca se alcance de modo pleno a palavra, o ato de fala e de voz. Para Agamben, se é necessário fazer a menção sempre ao que deixa de ser dito, não é para certamente conservar uma infinidade de sentidos, mas para exigir o seu cumprimento histórico emergindo assim o momento crítico de indiscernibilidade entre a tarefa do teórico e a prática política orientada pela possibilidade da redenção no campo da história.

A própria escrita pretende revelar uma temporalidade distinta e um ritmo diferenciado naqueles ensaios/fragmentos, impondo-lhes o carácter de urgência. João Barrento ressalta que o final de cada ensaio é quase sempre o momento em que se tensiona ao máximo o objeto proposto, constituindo o último momento de uma forma aberta de constatação, equivalente às alegorias de Benjamin¹³⁵. Esse

¹³² Para nome ver AGAMBEN, Giorgio. *Ideia do Nome*. In: *Ideia da Prosa*. Lisboa: Edições Cotovia, 1999, p. 104-105. A discussão acerca da nomeação é fundamental no pensamento de Benjamin, como forma por excelência de manifestação linguístico-histórica. BENJAMIN, Walter. *Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem*. In: *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2011, p.49-73.

¹³³ Em Benjamin, é importante remeter ao Prefácio da obra sobre o Drama Barroco e ao Ensaio sobre as Afinidades Eletivas de Goethe. Em Agamben, ver: AGAMBEN, Giorgio. *Ideia da Verdade e Ideia do Enigma*. In: *Ideia da Prosa*. Op. Cit. p. 46-48 e p.106-110, respectivamente.

¹³⁴ AGAMBEN, Giorgio. *Lengua e Historia: Categorías lingüísticas y categorías históricas en el pensamiento de Walter Benjamin*. In: *La potencia del pensamiento*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2008, p.38-58, principalmente p.49-50.

¹³⁵ BARRENTO, João. *Prefácio*. In: AGAMBEN, Giorgio. *Ideia da Prosa*. Op. Cit. p.12-13.

ponto máximo de tensão, que deixa em aberto tanto o ensaio/fragmento quanto a próxima reflexão, é o que se encontra reproduzido abaixo, em forma de uma tese:

“os sonhos e os desejos não realizados da humanidade são antes os membros pacientes da ressurreição, sempre a ponto de despertar no dia final. E não dormem fechados em preciosos mausoléus, mas estão pregados, como astros vivos, ao céu remotíssimo da linguagem, cujas constelações mal conseguimos decifrar. E isso – pelo menos isso – não o sonhamos. Ser capaz de apanhar as estrelas que, como lágrimas, caem do firmamento jamais sonhado da humanidade – essa é a tarefa do comunismo”¹³⁶.

2.3.3. Nessa pequena passagem estão condensados muitos temas importantes no pensamento de Agamben. O já realçado compromisso com a memória aqui é mencionado em seu caráter linguístico. Essa relação bastante singular entre linguagem e história se deve também a uma outra, que liga narração e história. Essas associações são uma crítica às tendências imersas na tradição positivista de proclamar uma “correspondência entre discurso científico e 'fatos' históricos, já que estes últimos só adquirem seu status de “fatos” por meio de um discurso que os constitui enquanto tais, nomeando-os, discernindo-os, distinguindo-os nesse magma bruto e não linguístico”¹³⁷ e imediato que chamamos de real, conferindo à associação entre narrativa e processo real o núcleo do fazer do historiador. Nesse sentido, a dimensão linguístico-filológica é fundamental no recolhimento dos objetos da análise histórica que se apresenta inicialmente como fragmento textual, que o teórico deve construir em sua integridade factícia no qual a realidade é seu objeto de investigação. Aquilo que é recolhido em sua dimensão linguística na faticidade deve ser restituído imediatamente à uma perspectiva histórica para escapar do encantamento promovido pelo estudo autônomo da linguagem, promovendo o que Agamben chamará de uma *Aufhebung* da filologia¹³⁸. Por isso, não é gratuito que Agamben inicie “Ideia da Prosa” com um ensaio/fragmento nomeado 'A ideia da matéria' no qual alerta para os perigos de um pensar confiante no plano linguístico que

¹³⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Ideia do Comunismo*. In: *Ideia da Prosa*. Op. Cit. p.68.

¹³⁷ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. Op. Cit. p.40. É preciso recordar aqui novamente que essa preocupação com o passado no qual o historiador está empenhado é muito mais vinculada a uma ética da ação presente do que a uma adequação entre “palavras” e “fatos”.

¹³⁸ AGAMBEN, Giorgio. *O príncipe e o sapo: O problema do método em Adorno e Benjamin*. In: *Infância e História...* Op. Cit. p.146.

pretenda não restituir à história tal movimento, ficando por isso “prisioneiro das representações”¹³⁹.

Além dessa crítica às tradições hegemônicas no campo da filosofia da história, essa proposta é direcionada por uma convicção ético-política de pensar a narração e possibilidades de construção a partir dos vencidos da história. A narração e a memória são fundamentais nesse processo de reconstrução de uma tradição coletiva, o que faz com que o historiador se comprometa tanto com aquilo que é deixado de lado pela marcha triunfante dos vencedores, quanto com o estudo de experiências que possam auxiliar na construção de uma concepção de história distinta. Como ressalta Michael Lowy, Marx e Engels eram leitores atentos, para além dos movimentos e da história de seu tempo, da antropologia de Bachofen¹⁴⁰. Bachofen era um estudioso das sociedades matriarcais em que teria existido um grau elevado de democracia e igualdade cívica associada a formas que implicavam a transformação do próprio conceito de autoridade. O estudo dessas fontes não ressaltam um desejo romântico e nostálgico de restauração ou volta ao passado e nem pretendem propor uma comparação que dispense construções mais aprofundadas, mas implica em recolher experiências históricas, por “menores” que elas sejam para extrair um significado que possa ser útil tanto para reaver o presente, quanto para escapar da tentativa de idealização do porvir. Agamben tem estudado recentemente a noção de uso comum (ou uso de fato), desenvolvida pelos franciscanos do século XII em seu conflito com a Cúria Romana, para pensar uma relação com os bens da vida (os objetos e as coisas, mas também a linguagem e os saberes) que jamais advenha propriedade, e com isso tentar criticar um dos alicerces da sociabilidade capitalista¹⁴¹. A tarefa de rememoração não é a de ressaltar a particularidade de um certo acontecimento, mas entender o que nele é criação específica, promessa do inaudito e emergência

¹³⁹ AGAMBEN, Giorgio. *Ideia da matéria*. In: *Ideia da Prosa*. Op. Cit. p.29. Ainda: “A ‘rigidez mítica’ do fragmento filológico deve, porém, ser criticamente animada, e o objeto construído em uma perspectiva cujas linhas convirjam na nossa própria experiência histórica” AGAMBEN, Giorgio. *Programa para uma revista*. In: *Infância e História...* Op. Cit. p.165-166.

¹⁴⁰ LOWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de Incêndio...* Op. Cit. p.28.

¹⁴¹ Mencionado em: AGAMBEN, Giorgio. *Elogio da Profanação*. Op. Cit. p.72. Desenvolvido em: AGAMBEN, Giorgio. *Altissima povertà: Regole monastiche e forma di vita*. Op. Cit. p.135-175.

do novo, questionando as distinções tradicionais entre passado e futuro¹⁴². Ela passa pela compreensão do que poderia ter sido e nos dá acesso a novas aberturas no presente profano¹⁴³.

Esses elementos se associam à uma proposta de pensar a história de uma maneira integralmente aberta a partir da busca por alternativas e possibilidades. Pensar a história de maneira aberta não implica em entendê-la como o terreno das contingências e do relativo, mas compreender o processo histórico como um campo de possíveis alternativas que a partir da práxis humana podem se configurar como espaço também das condições de possibilidade. Para Agamben, todo o discurso sobre a ética e indissociavelmente sobre a política e a história, deve partir do fato de que os seres humanos não são e nem terão de ser ou realizar nenhuma essência, nenhuma vocação histórica e nenhum destino biológico. Essa é a única razão pela qual uma ética pode existir, pois caso os seres humanos fossem ou tivessem de ser esta ou aquela substância, ou realizar este ou aquele destino, não haveria qualquer experiência ética possível, mas apenas deveres a realizar¹⁴⁴.

Com isso, Agamben pretende cessar de ver na história a imutabilidade de um destino a percorrer no qual os seres humanos sejam relegados ao papel de expectadores da história, sem com isso ceder aos relativismos. Quando fala da necessidade de repensarmos a concepção de tempo subjacente à modernidade capitalista, inaugurando uma possibilidade mais autêntica de experimentação do tempo (o *kairos*, ou tempo-agora), não pretende pensá-la a partir da reivindicação individual e isolada no sujeito, implícitos em alguns autores pós-modernos. Dizer que os seres humanos não sejam e nem devam ser alguma coisa, não equivale a afirmar que somos entregues ao nada e podemos decidir ser ou não ser a partir de uma vontade individual. Segundo o autor, niilismo e decisionismo se encontram nesse ponto¹⁴⁵. Nesse sentido, é fundamental repensar as condições de uma ética e de uma política condizentes com esse tempo, tornando atual a tarefa do comunismo.

¹⁴² GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. Op. Cit. p.105.

¹⁴³ AGAMBEN, Giorgio. *Signatura Rerum – Sobre El metodo*. Op. Cit. p.147.

¹⁴⁴ AGAMBEN, Giorgio. *Ética*. In: A comunidade que vem. Op. Cit. p.38.

¹⁴⁵ AGAMBEN, Giorgio. *Ética*. In: A comunidade que vem. Op. Cit. p.38.

Experimentar o tempo-agora é vinculado a uma tarefa sócio-política de compreender o agir histórico no seu debruçar-se sobre o passado, na rememoração de acontecimentos decisivos deixados de lado. Novamente, esse tipo de compromisso não significa um desejo nostálgico de uma época longínqua, mas retomar os fios de uma história inacabada para compreender o que pode surgir a partir daí. Pensar essas possibilidades implica em pisar em um terreno frágil para a historiografia dominante, acostumada com idealizações e descompromissos. Entretanto, tal tipo de tarefa é vinculada à tentativa de escapar de uma futurologia ou matematização da história que acompanham tradições de pensamento conservadoras, mas também de algumas que se reivindicam críticas, mas que não conseguem escapar da representação do tempo homogêneo, retilíneo e vazio.

O título de uma obra em que se ocupa em pensar os fundamentos de uma ética possível, e que ocupa no pensamento de Agamben um espaço central, retrata um pouco essa aparente fragilidade: “A comunidade que vem”. Esse título, que dependendo da tradução aparece como vindoura, ou a vir, é buscado em um ensaio da juventude de Benjamin que marca o seu distanciamento de referenciais kantianos (‘Sobre o programa da filosofia que vem’¹⁴⁶). A “Comunidade que vem” se refere a uma hipótese político-temporal que vincule o tempo-agora e uma abertura que possibilite pensar a história de modo distinto de qualquer concepção de um fim idealizado. Agamben se recusa a pensar uma política que seja tributária de alguma concepção de destino, em que o presente fosse encarado como um local de realização de um dever em prol de um futuro abstraído da experiência. Por isso, quando pensa o comunismo, não o pensa como um fim da história que poderia ser depreendido por um cálculo da contradição entre forças produtivas e relações de produção, como é feito em algumas interpretações do marxismo (sobretudo a de Kautsky e do setor vitorioso na Segunda Internacional).

O porvir, aquilo que vem, é sempre uma diferença, um sobressalto criativo. Benjamin utilizava-se da metáfora do salto de um tigre¹⁴⁷ para pensar a

¹⁴⁶ BENJAMIN, Walter. *On the program of the Coming Philosophy*. In: Selected Writings. Vol. I. Op. Cit. p.100-110.

¹⁴⁷ Daniel Bensaid chama a atenção da proximidade dessa metáfora de Benjamin com a de Marx, em uma carta a Ruge em março de 1843, que compara o sobressalto ao bote de um leão. BENSARD, Daniel. *Zur Judenfrage, uma crítica da emancipação política*. In: MARX, Karl. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010, p.14.

luta pela livre apropriação do presente que se abre em um horizonte de possibilidades em que os seres humanos em associação são seus agentes. Agamben entende o comunismo não como uma imagem sonhada e progressiva pela qual deveríamos inexoravelmente caminhar, mas como as condições objetivas presentes no interior desta sociedade, em que não esteja em jogo por consequência a abstração do passado e a perseguição futura do ideal, mas que reconfigura a experiência de um tempo que é o local próprio da construção histórica do presente¹⁴⁸ e da abertura ao porvir. Talvez esse tipo de perspectiva esteja próximo das preocupações de Marx, que sempre fora extremamente reticente em antecipar qualquer característica concreta do comunismo¹⁴⁹:

“O comunismo não é para nós um *estado de coisas* que deve ser instaurado, um *Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento *real* que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [devem ser julgadas segundo a própria realidade efetiva] resultam dos pressupostos atualmente existentes”¹⁵⁰.

O comunismo não é entendido como o fim da história, mas como interrupção da atual concepção. Esses elementos passam pela compreensão da história como uma tarefa não acabada, que cada geração precisa tomar como sua de libertar o porvir no passado, retomando as possibilidades malogradas daquilo que poderia ter ganhado vida, mas que foi soterrado nas ruínas da atual concepção de história. A preocupação intermitente com o passado não representa de maneira alguma qualquer forma de fomentar o ressentimento, mas implica uma profunda responsabilidade ética com as vítimas do passado e com a necessidade impostergável de se construir uma alternativa a uma forma de compreender a história que somente se reproduz exigindo custos humanos em seu desenvolver. O compromisso de libertar o porvir, contido como apelo e promessa do passado é a

¹⁴⁸ AGAMBEN, Giorgio. *El tiempo que resta...* Op. Cit. p.34

¹⁴⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Prefácio* In: POGREBINSCHI, Thamy. O enigma do político: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.9.

¹⁵⁰ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.38, nota a (nota de Marx). Essa característica também é ressaltada em uma carta de Marx à Ruge, de setembro de 1843. Carta reproduzida em: MARX, Karl. *Sobre a questão Judaica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p.70-73.

possibilidade de modificação do presente, retirado do caráter nivelador da continuidade histórica¹⁵¹.

É importante chamar a atenção de uma curiosidade biográfica que tem um significado importante para a presente discussão. Agamben, a partir da investigação de uma série de escritos, manuscritos e do mapeamento de fragmentos inéditos, é o responsável por uma alteração substancial nas “Teses sobre o Conceito de História”, de Benjamin. Por meio da descoberta de um *Handexemplar* das “Teses”, Agamben indica a intenção de Benjamin de transformar uma das notas preparatórias das teses em uma tese propriamente dita, o que provoca a correção e posterior edição das obras completas em alemão¹⁵². Essa tese, dependendo da edição, tem o número de XVIIa ou XVIII:

“Marx secularizou a representação do tempo messiânico na representação da sociedade sem classes. E estava bem assim. O infortúnio começou quando a socialdemocracia alçou essa representação a um ideal. O ideal foi definido, na doutrina neokantiana, como uma tarefa infinita. E essa doutrina era a filosofia elementar do partido socialdemocrata – de Schmidt e Stadler a Natorp e Vorlander. Uma vez definida a sociedade sem classes como tarefa infinita, o tempo homogêneo e vazio transformava-se, por assim dizer, em uma ante-sala, em que se podia esperar com mais ou menos serenidade a chegada de uma situação revolucionária. Na realidade, não há um só instante que não carregue consigo a sua chance revolucionária – ela precisa apenas ser definida como uma chance específica, ou seja, como chance de uma solução inteiramente nova em face de uma tarefa inteiramente nova. Para o pensador revolucionário, a chance revolucionária própria de cada instante histórico se confirma a partir da situação política. Mas ela se lhe conforma não menos pelo poder-chave desse instante sobre um compartimento inteiramente determinado, até então fechado, do passado. A entrada nesse compartimento coincide estritamente com a ação política; e é por essa entrada que a ação política, por mais aniquiladora que seja, pode ser reconhecida como messiânica. (A sociedade sem classes não é a meta final do progresso na história, mas sim, sua interrupção, tantas vezes malograda, finalmente efetuada)”¹⁵³.

¹⁵¹ MURICY, Katia. *Alegorias da Dialética – Imagem e pensamento em Walter Benjamin*. Op. Cit. p.14.

¹⁵² Mencionado por LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio...* Op. Cit. p.35-36. Para o trabalho investigativo de Agamben sobre os manuscritos de Benjamin, ver: DE LA DURANTAYE, Leland. *Giorgio Agamben: A critical introduction*. Op. Cit. p.148-151. Também a entrevista. SCORFI, Adriano. “*Un’idea di Giorgio Agamben*”. ‘Reporter’, 9-10 de Novembro de 1985, p.32.

¹⁵³ BENJAMIN apud LOWY, Michael. *Walter Benjamin – Aviso de Incêndio...* Op. Cit. p.134. Agamben comenta essa passagem uma entrevista mencionada anteriormente. (SMITH, Jason. *I am sure that you are more pessimistic than i am’: An interview with Giorgio Agamben*. Op. Cit. p.120. A entrevista é de 1999, e a tradução consultada de 2004). O significado do termo secularização em Benjamin e em Agamben é distinto, e em Agamben essa transformação se dá posteriormente a essa entrevista e se consolida em ‘Profanações’ (2007). Mencionado na

O comunismo para esses autores é entendido não como um fim, mas como uma *condição* de historicidade distinta. As condições desse tipo de possibilidade estão na própria história, nas experiências passadas capazes de serem reavidas no presente. Nesse sentido um duplo movimento é necessário: tanto um compromisso com o passado de crítica à tradição hegemônica (seja ela a liberal-capitalista, seja ela a stalinista triunfante na Rússia, sem com isso igualá-las); quanto um compromisso de buscar na história os momentos de luta pela emancipação e de crítica à dominação. Jacques Rancière em um excelente texto menciona que o comunismo é pensável como uma tradição criada em um certo número de momentos em que simples trabalhadores, homens ou mulheres normais, provam sua capacidade de luta enquanto atores reais de uma sociedade, reivindicando para si a parcela dos que não tem parte. Se algo pode ser reconstruído hoje sob essa ideia, é a forma de experimentação do tempo e da história que singularizam esses momentos, e que possam reconstruir essas capacidades que foram mais ou menos suprimidas na modernidade¹⁵⁴. Essas experiências emancipatórias não se exaurem em um momento do passado exatamente metrificado, mas são experiências que aguardam a sua recuperação, sempre transformada e modificada no presente.

Agamben pretende manter uma preocupação de reconhecer a história aberta diante da capacidade dos atores de intervir nela, implodindo a maneira habitual de encarar o passado somente como um despojo sequencial. Despertar no passado essas centelhas de esperança não cumpridas reforçam a ligação que Zamora chamou a atenção entre os oprimidos e lutadores do presente e os do passado¹⁵⁵. O presente seria o momento em que esse inacabamento se manifestaria

entrevista: SACCO, Gianluca. *Da teologia política à teologia econômica: Entrevista com Giorgio Agamben*. Revista Interthesis v.2 n.2. Florianópolis, jul./dez. 2005, p.2. O termo secularização não tinha nesse momento o significado que o autor imprime ao mesmo, principalmente em “O Reino e a Glória” e “Signatura Rerum”, quando a partir do estudo das heranças teológicas do pensamento moderno o termo secularização adquire passa a ser objeto de uma crítica por não permitir a operação por completo que o desloca ao profano. Agamben em certo sentido deixa de lado a ideia de secularização (movendo-se aqui na crítica ao pensamento de Carl Schmitt) para trabalhar com a de profanação.

¹⁵⁴ RANCIÈRE, Jacques. *Communists without communism?*. In: The Idea of Communism. Op. Cit. p.173.

¹⁵⁵ ZAMORA, José A. *Tiempo, memoria e interrupción revolucionaria: sobre la actualidad de W. Benjamin*. In: ASSY, Bethânia; MELLO, Carolina C.; DORNELLES, João Ricardo; GOMEZ, José Maria. Direitos Humanos: Justiça, Memória e Verdade. Rio de Janeiro, 2012, no prelo.

como uma nova abertura para se repensar a própria história. Compreendendo a história em sua abertura, passa a ser possível repensar também as condições de possibilidade de uma historicidade distinta, não como estando do lado de fora da história, mas como a inserção e a captação deste movimento através da práxis humana transformadora. O futuro deixa de ser compreendido como resultado inevitável¹⁵⁶ de uma evolução linear, ou como produto necessário de leis naturais. É evidente que a interpretação de tendências é algo fundamental na análise da história, mas justamente por toda interpretação histórica futura ser tendencial, há ali um núcleo de inesperado em seu interior. Isso se deve não a uma limitação dos métodos de conhecimento sobre os assuntos humanos, mas por que ali é o local privilegiado da práxis humana transformadora. Acompanhando com Michael Löwy: “Nada de místico ou 'irracional' nessa constatação. Ela decorre da própria natureza da política como atividade humana coletiva e plural, certamente condicionada pelas estruturas sociais e econômicas existentes, mas capaz de ultrapassá-las, de transformá-las, de perturbá-las, criando o novo”¹⁵⁷.

Essa hipótese parte do fato de que cada momento tem suas chances de transformação, e cabe à tarefa prática aproveitá-la e realizá-las. Kairos era também a expressão do momento oportuno, o momento da práxis que pode abrir ricas oportunidades capazes de produzir algo distinto. A Comuna de Paris de 1871, surpreendeu muitos pensadores que atuavam no movimento operário europeu daquele período, escapando de muitas projeções estabelecidas naquele momento, assim como uma série de outras intervenções marcantes na história. Talvez poucos “políticos” poderiam prever que novos levantes revolucionários aconteceriam no limiar do século XXI no chamado mundo árabe, considerado atrasado e teocêntrico por muitos, movidos por reivindicações sócio-políticas que ainda não podemos dizer com precisão de que modo irão ter a expectativa de concretização, mas de qualquer maneira representa esse inacabamento diante da capacidade da ação. Em uma passagem muito feliz, Michael Lowy explicita um

¹⁵⁶ LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio – Uma leitura das teses “Sobre o Conceito de História”*. Op. Cit. p.149.

¹⁵⁷ LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio – Uma leitura das teses “Sobre o Conceito de História”*. Op. Cit. p.150. Isso contudo, não se aproxima da epistemologia política ‘pós-moderna’, que na tentativa de formular pela experiência meta-individual algo novo, desloca a construção coletiva para o campo do individualismo atomizado e reforça os alicerces da formação social que ainda hoje é dominante.

pouco a complexa figura do messias que é trabalhada sob perspectivas distintas por Agamben e Benjamin: “Deus está ausente, e a tarefa messiânica é inteiramente atribuída às gerações humanas. O único messias possível é coletivo: é a própria humanidade, mais precisamente [...] a humanidade oprimida. Não se trata de esperar o messias, ou de calcular o dia de sua chegada – como fazem os cabalistas e outros místicos judeus que praticam a *gematria* – mas de agir coletivamente”¹⁵⁸.

Isso não quer dizer que a ação possa ser integralmente realizada num vácuo a-histórico indeterminado e que dispense qualquer forma de consciência coletiva, mas de entender que a ação política não pode ser pensada *apenas* em função de seus condicionamentos. Isso também não quer dizer que esses elementos possam dispensar o trabalho prático, de esforço crítico e organização. Numa passagem, que provavelmente é uma das mais mal interpretadas de Marx, quando este fala que a estrutura social condiciona o ser social, procura indicar que há outros fatores envolvidos na construção social seja de um sujeito ou de uma sociedade. Caso Marx acreditasse na linearidade que seus críticos lhe imputam, jamais teria tentado intervir tão decididamente em seu tempo. No plano da ação política, isso indica que também ela é sem dúvida condicionada pelas estruturas sociais, econômicas, culturais, político-institucionais, ideológicas e etc., mas que também há ali um excedente que somente pode ser realizado no plano da ação coletiva que escape às tentações de crer que o *status quo* atual é natural e acabado. Mesmo nos limites dados pelas condições objetivas, o que vem não pode ser metricamente quantificado e qualificado (por isso pensar “A comunidade que vem” não como idealização, mas como a captação de possibilidades abertas), e se a atual formação sócio-política é uma construção histórica, justamente por se situar nesse terreno, é passível de algo distinto.

Não se trata de um elogio do espontaneísmo que a qualquer momento possa se manifestar, mas de reforçar o campo que vincula e sustenta a relação entre escrita da história e a construção de outras alternativas possíveis. Como

¹⁵⁸ LOWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio – Uma leitura das teses “Sobre o Conceito de História”*. Op. Cit. p.52.

disse uma certa vez Alain Badiou¹⁵⁹, passar da revolta à Ideia já é um momento importante de afirmação, mas a construção de uma outra percepção de história não se realiza sozinha e nem se dá aleatoriamente sem os atores que a concretizem, que a construam e que a organizem. E isso não é um sonho que possa ser sonhado subjetivamente sem que haja o momento crítico da indiscernibilidade entre a teoria e a prática, que excedem o momento propriamente dito da escrita filosófica. Não é gratuito que Agamben encerre o ensaio/fragmento mencionando não uma ideia do comunismo, mas uma tarefa do comunismo. “Não é o possível que exige ser realizado, mas é a realidade que exige tornar-se possível. Pensamento, práxis e imaginação (três coisas que jamais deveriam ser separadas) convergem nesse desafio comum: tornar possível a vida”¹⁶⁰.

2.4. Limiar

Certa vez, num texto fundamental para a percepção de Agamben acerca do direito, Benjamin disse: “A crítica da violência é a filosofia de sua história. É a 'filosofia' dessa história porque somente a ideia de seu ponto de partida permite uma tomada de posição crítica, diferenciadora e decisiva, com relação a seus momentos temporais”¹⁶¹. A incompreensão dos caminhos traçados por Benjamin em sua crítica já levou autores como Derrida¹⁶² a cometerem certas injustiças com o autor que procurou combater de diversas maneiras 'os fascismos' de seu tempo, e que culminou com o mesmo tirando a sua própria vida para evitar a sua captura pelas forças da SS, em Port Bou, fronteira da França com a Espanha¹⁶³.

¹⁵⁹ BADIOU, Alain. *O comunismo é a ideia da emancipação de toda a humanidade*. Entrevista a Eduardo Febbro. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19553&editoria_id=6 (Acesso em 25/02/2012).

¹⁶⁰ COSTA, Flavia. *Entrevista com Giorgio Agamben*. Revista do departamento de psicologia – UFF. Op. Cit. p.134.

¹⁶¹ BENJAMIN, Walter. *Para uma crítica da violência*. In: *Escritos sobre Mito e Linguagem*. Op. Cit. p.155. Tradução: Ernani Chaves.

¹⁶² Refiro-me aqui ao pós-escrito de 'Força de Lei'. Esse tema será comentado na primeira nota do próximo item, e infelizmente não poderá ser desenvolvido no espaço do presente trabalho.

¹⁶³ Para um breve texto sobre a vida de Benjamin, ver: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin, um "estrangeiro de nacionalidade indeterminada, mas de origem alemã"*. In: *Leituras de Walter Benjamin* (Org. Márcio Seligmann-Silva). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007, p.205-212.

Em Agamben, em um certo sentido, sua crítica ao direito não se dissocia do terreno explorado anteriormente sobre a filosofia da história, e dele é indissociável. Partindo da discussão de alguns marcos importantes do pensamento de Agamben que se procurou construir alguns sentidos possíveis para a crítica, que serão posteriormente explorados. A proposta de explorar os temas anteriormente expostos, já coloca Agamben em um campo bastante distinto do que habitualmente as reflexões sobre o direito e até sobre a história estão acostumadas a assentar suas bases. É fundamental mencionar esse tipo de questionamento para compreender que a profundidade de sua crítica ao direito não se limita a comparação entre valores e caso, mas coloca em xeque alguns valores fundamentais do atual formato de sociabilidade.

Isso implica em repensar os critérios da própria crítica ao direito, para que se possa ir além da crítica bastante simples de ser feita e que se limita a comparar enunciados e casos, sem contestar os espaços delimitados aos atores na partilha do sensível. Ainda que seja pontualmente importante em situações bastante específicas, essa ainda é uma crítica insuficiente. Caso este fosse o único espaço possível de uma crítica ao direito, a mesma se isolaria dos próprios critérios de produção de justiça, sem que se indaguem algumas distorções estruturais marcantes do atual formato de sociabilidade.

“Insensatos os que lamentam o declínio da crítica. Pois sua hora há muito tempo já passou”¹⁶⁴, disse Benjamin em um certo momento. Esse diagnóstico bastante duro é também atual em tempos de extrema dificuldade para qualquer reflexão crítica. Vladimir Safatle¹⁶⁵ tem insistido nesse fator para explicar que em tempos de cinismo generalizado, a dificuldade da crítica se expõe ao contrapor-se a um poder que não teme a crítica que desvela seu mecanismo ideológico, pois ele mesmo a incorporou, só que desprovido de qualquer potencial de transformação efetiva da realidade social. Mais de 70 anos depois do importante ensaio de Horkheimer¹⁶⁶, a crítica perdeu muito da força que esse autor lhe conferia, já que

¹⁶⁴ BENJAMIN, Walter. *Rua de mão Única*. In: Obras Escolhidas Vol. 2. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.54.

¹⁶⁵ Ver: SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e Falência da Crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.67-89.

¹⁶⁶ HORKHEIMER, Max. *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.117-154.

em uma sociedade em que a abstração monetária do valor é medida das relações humanas, não estranha que a crítica tenha ganho valor de mercado e seja objeto de cuidado do poder, sempre proposto a mantê-la dentro de “limites razoáveis”. Atualmente é praxe nos processos de transição governamental intra-elites começar com a crítica da gestão anterior ou contratar “críticos” para a sua gestão, como fundamento ideológico de legitimação e de uma diferenciação que nem sempre se opera no plano prático de maneira tão consistente assim. Segundo Safatle, em tempos de cinismo, são razoavelmente conhecidos os pressupostos ideológicos da ação, mas nem por isso esse tipo de conhecimento gera a pretensão de reorientação da conduta. A crítica passa, então, a ser incorporada ao poder desprovida da potencialidade de sua concretização no plano da ação. Com isso, o poder bloqueia temporariamente novas estratégias que possam lidar com essa contradição entre discurso e prática. Isso permite a Peter Sloterdijk caracterizar a razão cínica a partir da seguinte expressão: “eles sabem o que fazem, e continuam a fazê-lo”.

Fechar-se em um círculo autônomo e acreditar piamente no papel da crítica ou do crítico também é insuficiente. Marx e Engels há muito tempo já ironizavam os círculos dos jovens hegelianos que se deliciavam em seu papel de pretenderem ser a crítica da crítica. A crítica é sempre parte de um processo, e caso não seja vinculada a outros fatores além de seu próprio fazer, tem a tendência de se perder em estreitos círculos, quando não se torna um abstracionismo ingênuo. Criticar não é necessariamente um sinal de prazer ou de crença em um primado da negatividade, mas ela tem um papel fundamental no processo de construção de alternativas possíveis. Uma das maneiras de se aniquilar qualquer crítica e a possibilidade de dissenso é dizer que é existente na mesma apenas o seu conteúdo negativo.

Foucault¹⁶⁷ falava de uma “positividade da atitude crítica” para expressar a importância da crítica em relação aos processos de produção da verdade em uma

¹⁶⁷ O termo 'positividade da atitude crítica' parte de um ensaio de Foucault aparentemente inédito no Brasil. Desenvolvido por: FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e o Direito*. São Paulo: Max Limonad, 2002, p. 262-268. A referência feita por Fonseca é a uma conferência feita por Foucault e apresentada à Sociedade Francesa de Filosofia em maio de 1978: FOUCAULT, Michel. *Qu'est-ce que la critique?*. Bulletin de La Société Française de Philosophie, t.LXXXIV, anée 84, n.2, p.35-63, avr./juin. 1990.

determinada realidade para que se possa constituir a partir daí possibilidades para a própria resistência. Trata-se de compreender a crítica como um contradiscurso que identifica a recusa de tomar o direito da maneira como é narrado pelos saberes hegemônicos e pelas suas próprias lógicas de narrativa interna, e tentar construir possibilidades para uma perspectiva distinta¹⁶⁸. Além da função fundamental do dissenso na política, ele é ainda mais importante em uma época marcada por consensualismos e “compromissos”.

A crítica, e particularmente a crítica ao direito, precisa colocar em questão alguns elementos subjacentes à sua constituição e funcionamento em uma dada realidade, abrindo assim espaço para alternativas não resignadas. Dessa maneira, a crítica não pode se furtar à tarefa de desembaraçar da forma jurídica as imagens idílicas habitualmente construídas¹⁶⁹, para chamar a atenção da violência soberana presente em seu interior, sempre acompanhada da seletividade em sua incidência e dos interesses que a acompanham. Não somente em sua origem, mas também na transmissão desse legado cultural a crítica deve pensar até o limite esses processos, para que possa pensar também o seu inacabamento e a capacidade de transformação.

¹⁶⁸ PLASTINO, Carlos Alberto. *Apresentação*. In: *Crítica do Direito e do Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p.7.

¹⁶⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *A propósito do conceito de crítica em Walter Benjamin*. Revista Discurso n.13, segundo semestre de 1980, p. 219-222.